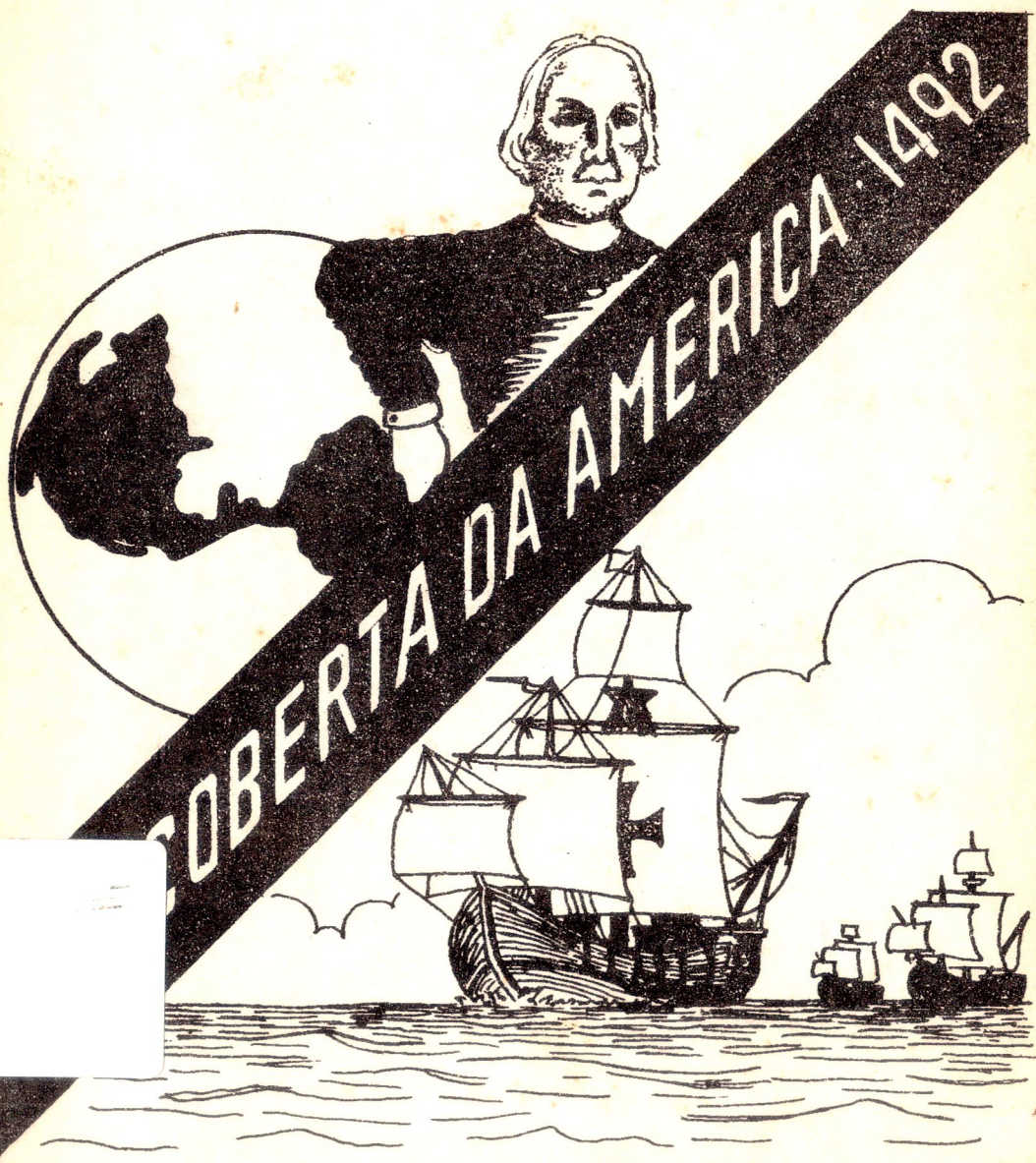


HISTÓRIA JFRN

ANO VII · ÓRGÃO DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA · Nº 4



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**



FORA DE EMPRÉSTIMO

HISTÓRIA UFRN

HISTÓRIA UFRN

N.4

1993

HISTÓRIA - UFRN

Chefe do Departamento de História

Luiz Eduardo Carneiro

Vice Chefe do Departamento de História

Marlene da Silva Mariz

Editor

Alberto Pinheiro de Medeiros

Digitação e composição

TEXTOS Informática

Capa

Luiz Flávio Miranda de Medeiros

Sede

Departamento de História do CCHLA - UFRN

Colaboraram neste número: professores do Departamento de História e do Departamento de Ciências Sociais do CCHLA - UFRN, e, ainda, docentes das universidades de Pernambuco e de Brasília.

Os conceitos e opiniões emitidos nos artigos são de inteira responsabilidade de seus autores.





SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	5
500 ANOS DA AMÉRICA	
Almir de Carvalho Bueno	7
O HOMEM CRISTÓVÃO COLOMBO	
Alberto Pinheiro de Medeiros	9
COLOMBO PARA TODOS OS GOSTOS:	
VISÕES E REVISÕES DA CONQUISTA DA AMÉRICA	
Marcus J. M. de Carvalho	21
A CONQUISTA DA AMAZÔNIA	
As lutas entre o Gentio e o Colonizador	
Ítala Bezerra da Silveira	33
O BRASIL VISTO POR DOIS PRUSSIANOS	
João Batista Cabral	49

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Um homem e um grande feito.

Cristovão Colombo e a descoberta da América, 1492.

Passados quinhentos anos e, ainda, não existe uma opinião, definitiva, sobre o Almirante e, ainda sobre sua ação.

A polêmica envolve o filho de Gênova, portanto, permanece, em aberto, no século XX. Ele abriu os caminhos da conquista e da colonização de um continente. Um processo, igualmente, polêmico.

História - UFRN, no seu quarto número, resolve, através de suas páginas, discutir toda esta problemática. Sem nenhuma preocupação ideológica, porém, dentro de uma perspectiva histórica.

O professor Almir de Carvalho Bueno, do Departamento de História-UFRN, busca o significado dos "500 anos da América".

Em seguida, procuramos, num pequeno estudo, traçar um perfil, não de um herói, porém, do homem Cristovão Colombo.

O Professor Marcus J. M. de Carvalho, da Universidade Federal de Pernambuco, numa visão mais geral, ampla, analisa as várias "visões e revisões da conquista da América".

A professora Ítala Bezerra da Silveira, do Departamento de Ciências Sociais da UFRN, resgata, por sua vez, duas omissões da historiografia brasileira. A primeira, sobre o "Estado do Maranhão e Grão - Pará". A segunda, sobre a luta dos nativos "contra o colonizador luso".

E, por último, o professor João Batista Pinheiro Cabral, do Departamento de História, da Universidade de Brasília, mostra como dois prussianos, Theodor Von Leithold (1820) e Ludwig Von Rango (1820), viram o Brasil, ou mais precisamente, o Rio de Janeiro, no século XIX.

Com esses estudos, procuramos mostrar, momentos do processo da descoberta, conquista e colonização.

Agradecemos o apoio dado pela Direção do CCHLA, nas pessoas dos professores Geraldo de Magela Fernandes e José Lacerda Alves Felipe, Diretor e Vice, respectivamente. Agradecemos, também, ao professor Luiz Eduardo Carneiro Costa, Chefe do Departamento de História da UFRN.

Alberto Pinheiro de Medeiros
Editor

the following table:

The first column shows the number of cases in each age group, the second column shows the number of cases in each sex, and the third column shows the number of cases in each race. The fourth column shows the number of cases in each occupation, and the fifth column shows the number of cases in each education level.

The following table shows the number of cases in each age group, sex, race, occupation, and education level.

The following table shows the number of cases in each age group, sex, race, occupation, and education level.

The following table shows the number of cases in each age group, sex, race, occupation, and education level.

The following table shows the number of cases in each age group, sex, race, occupation, and education level.

The following table shows the number of cases in each age group, sex, race, occupation, and education level.

The following table shows the number of cases in each age group, sex, race, occupation, and education level.

The following table shows the number of cases in each age group, sex, race, occupation, and education level.

The following table shows the number of cases in each age group, sex, race, occupation, and education level.

The following table shows the number of cases in each age group, sex, race, occupation, and education level.

The following table shows the number of cases in each age group, sex, race, occupation, and education level.

The following table shows the number of cases in each age group, sex, race, occupation, and education level.

The following table shows the number of cases in each age group, sex, race, occupation, and education level.

The following table shows the number of cases in each age group, sex, race, occupation, and education level.

The following table shows the number of cases in each age group, sex, race, occupation, and education level.

The following table shows the number of cases in each age group, sex, race, occupation, and education level.

The following table shows the number of cases in each age group, sex, race, occupation, and education level.

The following table shows the number of cases in each age group, sex, race, occupation, and education level.

The following table shows the number of cases in each age group, sex, race, occupation, and education level.

CONSIDERATIONS IN THE

500 ANOS DA AMÉRICA

Prof. Ms. Almir de Carvalho Bueno

(Dept. História/UFRN)

Comemorar hoje os "500 anos da América", significa, de saída, repensar a idéia de "descobrimento". Descobrimento da América, descobrimento do Brasil remete logo a algo que estava coberto, escondido, esperando ser, portanto, descoberto. Essa idéia, amplamente veiculada nos livros didáticos de História, demonstra a visão europocêntrica do mundo, que desqualifica os habitantes do Novo Mundo, como se estes não existissem historicamente antes do contato com os europeus; é a integração dos indígenas ao mundo europeu, adotando a(s) religião(ões), a língua e os costumes do vencedor branco que os faz "pertencerem à História": antes são apenas selvagens, primitivos, índios. É essa a concepção que se passa à nossas crianças e adolescentes de 1º e 2º graus.

Esta não é uma discussão superada. Pelo contrário, no final do século XX é que ela deve se tornar central. No caso brasileiro os 500 anos da "descoberta" se darão no ano 2000, no limiar do terceiro milênio. A ECO-92, a Exposição Mundial sobre os 500 anos em Sevilha e mesmo o caso "Paulinho Paiakan" atualizam o tema, problematizam a questão do etnocentrismo.

O balanço da colonização tradicionalmente se dá em termos de positividade e assim é divulgada ao senso comum através dos livros didáticos: o europeu trouxe a "civilização" ao paraíso selvagem americano; os missionários religiosos transformaram o gentio em crente (nesse ponto, ao menos, deram uma chance aos povos americanos, o que foi negado ao "infíeis muçulmanos").

Trata-se agora, mais do que nunca, de realçar as negatividades. E aqui temos que registrar que nos últimos anos têm aparecido obras, inclusive na área dos didáticos, que iniciaram a revisão historiográfica. Mas o "mea culpa" não tem sido contundente nem tampouco se traduzido em ações efetivas que modifiquem a constatação: a descoberta (melhor seria dizer chegada) da América começou um dos maiores massacres de povos de que se tem notícia na História. Em algumas ilhotas do Caribe, apenas 50 anos de colonização espanhola fizeram desaparecer a população indígena. Dos aproximadamente 5 milhões de índios existentes no Brasil à época de Cabral restam hoje pouco mais de 200 mil. Isso não é detalhe estatístico; raras vezes se viu tamanha dizimação de uma população em nome da "civilização".

Essa dizimação não pode ser creditada exclusivamente a superioridade bélica dos europeus, embora esse fator, não seja desprezível. Existem formas

mais sutis praticadas pelos civilizados brancos. Bastava alguns colonos gripados para exterminar tribos inteiras; bastava introduzir a bebida alcoólica (e isso até hoje) para desenraizar o índio de suas tradições imemoriais.

A dizimação econômica foi perversa. Primeiro, os europeus tiraram dos nativos seu próprio habitat ao devastarem as florestas do lado atlântico da América ou explorando predatoriamente as minas de ouro e prata do lado do Pacífico; tomaram-lhes as terras e os empurraram para o interior; a seguir, fizeram-os trabalhar para eles diretamente como escravos ou indiretamente em trabalhos compulsórios através da "encomienda", "mita" ou nas missões religiosas. Sob o pretexto de cristianizá-los e protegê-los, acabaram por aculturá-los e enfraquecê-los.

Embora os outrora "donos da terra" devam ser considerados os grandes perdedores do processo de colonização da América, o balanço desses 500 anos não pode parar neles. Para as sociedades americanas brancas criadas "à imagem e semelhança da Europa", o cômputo geral da colonização sistemática tampouco pode ser positivo. Com exceção dos EUA e Canadá são 500 anos de dependência econômica aos grandes centros metropolitanos, 500 anos de dependência cultural, que no caso brasileiro beira a indigência.

É a "questão cultural que gostaria de destacar finalmente, como professor que sou e ligado por dez anos ao magistério secundário. Da forma como se organizou a conquista da América Latina na área educacional sofremos os trágicos resultados até hoje. As primeiras instituições de ensino superior no Brasil datam do século XIX, trezentos anos depois da chegada dos europeus e se pensarmos em universidades refreamos o riso porque é dado muito grave: a primeira data de 1934. Daí para o ensino elitista, reproduzidor do "way of life" europeu e estadunidense foi um passo. Quando as necessidades econômicas exigiram a massificação do acesso à escola, as classes dominantes locais "colonizadas" completaram o ciclo iniciado com espanhóis e portugueses há 500 anos e sucatearam o ensino.

Promover o resgate dessas populações marginalizadas na América Latina, sejam elas indígenas, negras ou brancas, pobres, resultantes da perversa "herança colonial" ainda é a utopia a ser perseguida nesse final de milênio. As crianças latino-americanas merecem a chance de um futuro, tanto a imensa maioria que não tem acesso à educação regular quanto a minoria que, tendo a possibilidade do estudo público e gratuito, se vê às voltas com uma educação alienante e dominadora que consagra mitos como o que considera os índios como seres inferiores, "crianças crescidas" que devem ser tutelados pelo protetor branco civilizado.

O HOMEM CRISTÓVÃO COLOMBO

Alberto Pinheiro de Medeiros

A vida de Cristóvão Colombo, tão cheia de lances notáveis, de instantes de alegria e de momentos de tristezas, desperta, ainda, o interesse dos intelectuais, das pessoas letradas, dos especialistas e do povo.

Aprendemos, quando criança, na História Oficial, que a escola transmite, que ele descobriu a América. E fez mais três viagens ao Novo Mundo. O seu objetivo, na primeira viagem, seria atingir o Oriente viajando pelo Ocidente. Casou-se com Filipa Perestrelo e "morreu pobre e abandonado em Valladolid". E, talvez, um pouco mais.

É verdade, também, que para algumas pessoas, esses dados permanecem, como lembranças, relativas a alguém distante, sem nenhuma significação, que compõem páginas de livros didáticos.

Agora que os povos ocidentais, sobretudo, os europeus, comemoraram, recentemente, os quinhentos anos da descoberta da América, o nome do genovês, sugere e requer, para nós brasileiros, um maior aprofundamento sobre o personagem e sua obra.

E, assim, após uma pesquisa, através das páginas, amareladas, pelo tempo, de alguns livros, como, igualmente, de estudos mais recentes, o personagem cresce de importância, figurando entre aqueles que, com sua ação, contribuíram para que ocorressem substanciais mudanças no mundo civilizado.

Acontece que, infelizmente, para aqueles que se interessam, em aprender, um pouco mais, sobre Colombo, encontram, de imediato, uma dificuldade, praticamente, insuperável: teorias as mais díspares, sobre o filho de Gênova.

Para começar, não se sabe, até hoje, quais seriam os traços fisionômicos de Cristóvão Colombo. Encontram-se, sim, informações escassas e contraditórias. Na exposição que se organizou, em Chicago, no ano de mil oitocentos e noventa e dois, havia cerca de setenta e um retratos do descobridor da América, cada qual diferente um do outro!

A origem de Colombo permanece, também, envolvida em uma grande obscuridade, sem sombras, dificultando, assim, o estabelecimento da verdade. Mas, mesmo diante de tais obstáculos, aos poucos, alguns problemas vão sendo esclarecidos.

Foi solucionada, por, exemplo, uma controvérsia secular: o local de nascimento de CRISTÓVAO. Antes, porém, havia uma verdadeira disputa, entre alguns países, para ter a glória de ser o berço, a pátria do nosso personagem. Nessa luta inglória, onde o nacionalismo exagerado, doentio, falava mais alto, provocando, inclusive, a falsificação de documentos! Importante, portanto, era provar, mesmo que se apelasse para a fantasia, que Colombo tivesse nascido em um determinado lugar. Produzindo dessa maneira, muito mais, obras de ficção, do que, relatos históricos.

Outra questão, ainda não esclarecida, satisfatoriamente, pelos estudiosos, até o presente, se refere a data de nascimento do Colombo. Existem várias versões, a saber: 1435, 1436, 1437, 1446, 1447, 1451 e 1456. A data, mais provável, segundo os autores modernos, pelo menos, na sua maioria, é de 1451.

Para Simon Wiesenthal, muitos tentaram, conscientemente, deturbar lançando pistas falsas sobre a origem do Almirante. O próprio Colombo teria agido desta maneira, provavelmente, por duas razões:

1º) Esconder sua origem judaica

2º) Esconder sua origem humilde.

É provável que ambas as hipóteses estejam corretas. Não se pode esquecer que, quando Cristóvão defendia seu projeto junto aos reis Fernando e Isabel, se aproximava a data de expulsão dos judeus da Espanha. Caso o Almirante tivesse sangue judaico nas veias, seria, no mínimo, prudente, esconder sua origem...

Cristóvão, sendo plebeu, jamais poderia reivindicar, junto a qualquer soberano, Chefe de Estado, apoio para poder executar o seu projeto.

Uma hipótese, portanto, não exclui a outra.

A infância e adolescência de Colombo, se caracterizam, sobretudo, pela falta, quase absoluta, de informações. O que se sabe é que foi uma criança pobre e seus pais, Domenico Colombo e Susana Fontarosa, lutavam, dia-a-dia, pela sobrevivência. CRISTÓVAO ajudava o pai, sem contudo, seguir a profissão do seu genitor, a de tecelão.

Gianni Granzotto, frequentando o convento dos frades de Santo Estevão e santa catarina.

Visitava, sempre, nessa época, o porto.

Desde criança, portanto, recebia influência de dois fatores que marcariam sua vida: a religião e o mar.

Não frequentava, regularmente, a escola. Trabalhava. Começou a navegar, possivelmente, muito cedo. O mar, atraía sua atenção, muito mais do que a

escola. A experiência, adquirida nas ruas, passava a fazer parte de sua formação intelectual. Conhecimentos teóricos, poucos, quase nada.

A afirmação de que estudou na Universidade de Pavia, aos quatorze ou dezoito anos, não passa de uma fantasia, inventada, pelo seu filho Fernando. Nos registros dessa escola, nada existe que prove que Colombo frequentou tal instituição de ensino.

Segundo uma versão divulgada, ele navegou desde os quatorze anos. Cita-se, inclusive, os lugares, pelos quais teria viajado: Mediterrâneo, Islândia, Guiné, e Mar Negro. Algumas dessas viagens são descritas, inclusive, com detalhes. Uma delas, talvez, a mais comentada, antes da descoberta, foi a que Colombo se dirigia para a Inglaterra, quando a frota em que ele viajava, foi assaltada por corsários. Nessa batalha, ocorreram alguns naufrágios. Cristóvão, porém, conseguiu se salvar, nadando e, assim dessa maneira, conseguiu atingir Portugal.

Para alguns estudiosos, entretanto, essa viagem não existiu, sendo, apenas, fruto da imaginação do genovês. O Almirante Peary, por exemplo, declara que não há nenhuma prova que Colombo tivesse viajado, pelo mar, antes da descoberta da América. E chega, inclusive, a dizer que Colombo não sabia navegar!

Nem mesmo o casamento do genovês, com Filipa Moniz Perestrelo, em Portugal, no ano de mil quatrocentos e setenta e nove, escapa de uma controvérsia!

Giuseppe Cavazzana, um de seus biógrafos, narra o referido casamento, como se fosse uma página de romance, conseqüência, única, de um amor puro e idealista. Os noivos teriam se conhecido, durante uma missa, celebrada na Igreja de Todos os Santos, por volta de mil quatrocentos e oitenta.

Outros autores, entretanto, discordam, afirmando que aquele casamento, foi fruto de cálculo frio e egoísta, de Colombo.

O fato é que esse casamento abriu as portas da corte para Colombo. Deixava de ser plebeu obscuro e desconhecido para se tornar um frequentador da alta sociedade lusitana. Aproximava, dessa maneira, Cristóvão de D. João II, rei de Portugal.

Outro aspecto importante a se destacar: o seu sogro, Bartolomeu Perestrelo, era um grande navegador, donatário da ilha de Porto Seguro, descobridor da ilha da Madeira. Dona Isabel Moniz Perestrelo, sogra de Colombo, passou todo o acervo de Bartolomeu Perestrelo (anotações e mapas), para o genovês.

Estavam, portanto, nas mãos do Almirante, mapas, anotações, estudos de um grande navegador. Morando, com sua esposa, em Porto Santo, estava,

lado. Tinha consciência de que estava certo. Não podia, portanto, errar. Tinha, naturalmente, que vencer. Por pensar assim e graças a sua persistência, triunfou, mesmo sem ter atingido, o seu objetivo: as Índias. Venceu porque encontrou, no seu caminho, um continente. E as conseqüências do seu feito, foram tão profundas, que fez a humanidade entrar em uma fase da sua história.

Concluído o seu plano, Colombo parte para executá-lo. Começa, então, um longo caminhar, quando se entrelaçam esperança, decepção e agonia.

O primeiro Chefe de Estado, a quem pediu ajuda, foi D. João II, rei de Portugal, em mil quatrocentos e oitenta e três. Não se sabe, ao certo, qual foi o comportamento do soberano ou seja, caso ele tenha rejeitado, imediatamente, o projeto colombiano, ou, então, entrado em desacordo, com o genovês, por causa das exigências. O fato é que D. João II, prudente, pediu um parecer de uma comissão, formada por três componentes: Diogo Ortiz, bispo de Ceuta, Rodrigo e José, médicos. Os argumentos de Cristóvão foram, facilmente, destruídos por Diogo Ortiz. O parecer, da comissão, foi pela rejeição do projeto.

O bispo, contudo, fez mais. Sugeriu a D. João II que enviasse, em segredo, uma caravela, para fazer a viagem pretendida por Colombo. E assim foi feita. O genovês tomou conhecimento dessa traição. A viagem por sinal, resultou no maior fracasso.

O Almirante sofreu, muito, pelo seu insucesso. Primeiro, a rejeição do seu projeto. E logo depois, a traição do soberano português. Foi, na realidade, um grande abalo. Passado, entretanto, a fase do impacto, com dificuldade, devagar, conseguiu se soerguer. Afinal de contas, Portugal não era o único país europeu que desejava encontrar outra rota para o comércio das especiarias... Perdera, apenas, uma batalha. O que tinha que fazer, era esquecer o fracasso e procurar outro país que patrocinasse o seu projeto. E, assim, ressurgia a esperança. Deve ter meditado muito, procurando encontrar e corrigir, possíveis erros. Sofrera, sim, um grande abalo, porém, não suficiente para convencê-lo de que estava errado. Agora, só tinha uma coisa a fazer, pensar no futuro e ir em frente. Colombo, então, parte para a Espanha. A razão de sua opção, ainda hoje, é desconhecida, gerando, desta maneira, mais uma controvérsia. O que se sabe é que, naquele país, moravam dois cunhados de Cristóvão, Pedro Correa e Muller. Para outros pesquisadores, o Almirante fugiu de Portugal, por causa de dívidas. É possível que a soma desses fatores tenham contribuído para que o genovês escolhesse a Espanha. Uma coisa, porém, é certa: ele não havia desistido de seu plano. Começaria tudo, mais uma vez. Pediria, agora, o apoio dos reis católicos, Fernando e Isabel. Tarefa difícil, porém, não impossível. Difícil, porque era estrangeiro e plebeu. Havia, contudo, uma esperança. O apoio dado a Cristóvão, desde os primeiros momentos, vividos na Espanha, pelos francis-

canos do mosteiro de Santa Maria da Rábida. Colombo impressionara os frades com sua eloquência. E um deles, padre João Perez de Marchena, escrevera para a rainha, solicitando ajuda para aquele que julgava ser um homem extraordinário. Cristóvão, portanto, começava bem, nas terras espanholas. Os franciscanos exerciam grande influência sobre Isabel e, muito especialmente, o padre João Perez de Marchena, antigo confessor da rainha. Os religiosos não ficam satisfeitos e ampliam sua área de ação, apresentando Colombo a pessoas influentes, ricas e poderosas. Diante de tanta pressão, finalmente, as portas do palácio real se abriram para ele. Um ano de espera. Com que expectativa, o genovês, deve ter aguardado, esse encontro! Durante todo esse tempo, entretanto, não cruzara os braços, paralisado, diante das dificuldades. Conhecera o duque de Medina Sidonia, o mais rico e poderoso da região. E, ainda, o duque de Medinaceli, D. Luiz de La Cerda que chegou, inclusive, a se empolgar com o projeto de Colombo. Mas, como a viagem, em alto mar, era mais um negócio de Estado, eles, não puderam patrocinar a expedição do Almirante. E, também, não podiam satisfazer a todas as exigências do genovês..

Colombo, ao contrário, do que muitos imaginam, não era um solitário. Conheceu, também, nessa época, uma jovem, de vinte anos, chamada Beatriz Enriquez de Arana. A jovem se apaixonou por Cristóvão e se tornou sua amante. Esta mulher exerceu uma influência, positiva, naqueles momentos difíceis e incertos de Colombo. Dessa relação, nasceu um filho, de nome Fernando, nascido em mil quatrocentos e oitenta e oito.

Os soberanos espanhóis, Fernando e Isabel, receberam Cristóvão. Fernando, com muita desconfiança, porque não acreditava, no estrangeiro. A rainha, ao contrário, com simpatia, preparada, para aquele momento, pelos franciscanos. Mas, por prudência, Fernando e Isabel, resolveram convocar uma junta de cientistas, para dar um parecer, sobre o assunto. A opinião dos sábios, foi contrária a realização da viagem. Outro golpe, disparado, contra o amor próprio de Colombo. Como consequência, angústia, inquietação e sofrimento. Cristóvão procurou, então, esquecer o seu novo fracasso, nos braços de suas amantes. A mais importante, contudo, teria sido, realmente, Beatriz Enriquez de Arana. Mas, mesmo assim, não se casou com Beatriz. Ninguém, até hoje, conhece o motivo.

Colombo fracassa, novamente, porém, para sua felicidade, não estava sozinho. A pressão, junto a rainha, feita, pelos franciscanos, continuava. O padre Pérez, desenvolveu um argumento, muito convincente: a França ou Portugal poderiam executar o tão falado projeto, com evidente prejuízo para a Espanha.

Para o êxito do plano, contudo, era necessário convencer, também, o rei Fernando. Luís de Santangel, judeu, com muita habilidade, executou o seu papel. Possuía um poderoso argumento: dinheiro!

A Espanha, contudo, lutava contra os mouros. Não podia, portanto, pensar, ainda, em expansão. A meta prioritária era dúvida, expulsar os mouros de seu território. A situação, na realidade, não era propícia. A Espanha passava, inclusive, por grandes dificuldades financeiras. O tempo passava e os soberanos não tomavam uma decisão definitiva. Colombo começava a se desesperar e pensar em pedir o apoio da França e, caso necessário, buscar ajuda em outros países. Seus amigos, insistem para que ele esperasse mais um pouco. O padre Perez, então, escreveu uma carta à rainha, para que fosse entregue, pessoalmente, por Sebastião Rodrigues. Isabel, finalmente, decide pela realização da viagem, tão esperada pelo genovês.

Para alguns ingênuos, o amor teria falado mais alto. A decisão da rainha, portanto, foi conseqüência do seu amor por Colombo. E segundo as mesmas fontes, ela estava tão apaixonada, que ofereceu suas jóias, para que, vendidas, pudessem, com o dinheiro arrecadado, custear as despesas da viagem.

Com relação a essa paixão, o que se pode dizer é que, certamente, não corresponde a verdade. Facilmente se pode desmascarar tal versão. Isabel, escolheu Fernando, para esposo, entre três importantes pretendentes a saber: o rei de Portugal, o duque de Beni e Fernando de Aragão, que foi o escolhido, porque indicado pelo seu coração. Isabel foi rainha, mas, soube, igualmente, ser esposa e mãe. Dentro desse contexto, fica difícil, que a rainha tivesse se apaixonado por outro homem. Isabel teve, isto sim, uma simpatia, muito grande, pelo genovês, sendo, de fato, ao mesmo tempo, amiga e protetora.

Colombo afirmava, sempre, que havia atingido as Índias. Essa insistência, entretanto, causa suspeita. É provável que, pelo menos, o genovês, no final de sua existência, tivesse dúvida, com relação as terras descobertas, caso elas pertenceriam ou não, as Índias. O fato é que quando o Almirante ainda estava vivo, outras descobertas foram realizadas, inclusive, a do Brasil... Pedro Álvares Cabral, após atingir o Brasil, segue, tranqüilamente, para as Índias... As viagens de Américo Vespucci, se tornaram bastantes conhecidas. Difícilmente Colombo estaria tão desinformado a ponto de ignorar o que acontecia, no âmbito das viagens marítimas, durante a sua época... A não ser que, obcecado por uma idéia, fosse incapaz de imaginar que seu plano fosse impossível de se realizar...

No dia doze de junho de mil quatrocentos e noventa e quatro, Colombo pratica um gesto que poderia comprovar tal afirmação. O Almirante chamou Fernando Pérez, secretário da frota e manda que ele redija um documento, onde todos deveriam declarar que se encontravam nas Índias! Provocando, com

sua atitude, uma grande controvérsia. Para uns, esse documento seria a prova, real, da insanidade do genovês. Para outros, uma maneira de assegurar os seus direitos, considerando que, não atingindo as Índias, nada teria que receber do governo espanhol... Poderia ser, também, um atestado da imensa vaidade de Cristóvão. Insanidade, não. Mas, é possível que, desesperado, por não encontrar um fato concreto que demonstrasse estar nas Índias, procurasse fabricar uma prova... Colombo, entretanto, esqueceu de algo importante: as palavras não constituem fatos! As palavras descrevem, narram ou expressam uma opinião sobre fatos, porém, não é o fato em si, porque o fato é ação humana, enquanto a palavra é o instrumento que expressa o pensamento do cérebro. Outra coisa que o genovês esqueceu, igualmente significativo: quando alguém é obrigado a fazer uma declaração, essa declaração não tem nenhum valor...

O gesto de Colombo, portanto, foi antes de tudo, um gesto de desespero. Colombo estava, portanto, muito confuso. Pelos seus cálculos, deveria estar nas Índias e procurava, a todo custo, se convencer de que isto era verdade, porém, uma dúvida o atormentava: aquelas terras, por ele descobertas, pertenceriam, realmente, as Índias? As descrições que possuía, sobre o Oriente, não correspondiam com aquelas paisagens que se descortinavam, diante de suas vistas... Na dúvida, teria que agir como se, efetivamente, estivesse nas Índias, e, assim, procurava enganar a si mesmo e aos outros. Sentia, talvez, a necessidade de acreditar na fantasia e sua imaginação transformava o que era irreal no real, no verdadeiro.

Colombo, contudo, mentia. Foi, inclusive, uma arma que usou para vencer na vida. Ajudado por uma imaginação fértil e criativa. Inventou, certa vez, uma árvore genealógica, para poder se passar, por nobre, para impressionar os Perestrelos...

Por outro lado, não se pode acusar o genovês de ser um ignorante. É verdade que estava longe de ser um erudito, um cientista, com formação universitária. O fato é que estudou, muito, sozinho. Por esta razão, ele se expressava, em mais de um idioma, porém, sem dominá-los completamente. Demonstrando, assim, uma grande curiosidade intelectual, prova de sua inteligência.

Colombo tomou conhecimento, através do livro "Imago Mundi", do cardeal de Cambrai, do pensamento de Agostinho, Aristóteles, Ptolomeu, etc. As informações colhidas, nesse livro, serviram de base, para todo o seu conhecimento cosmográfico.

Colombo escreveu uma série de documentos, onde se percebe, ser ele, um homem letrado, possuindo, ainda, muita sensibilidade.

Definitivamente tem que se rejeitar a classificação de "mediocre", para Cristóvão. Como, igualmente, o outro extremo, ou seja, a genialidade...

O Almirante demonstrou, sempre, quer através de seus escritos, quer, por meio de atos, uma forte religiosidade. Agradecia, publicamente, a Deus. As coisas boas que aconteciam, na sua vida, era devido a proteção, vinda do céu, divina.

E mais: nos momentos de sofrimento, de angústia, jamais se rebelava, contra o criador. Na quarta viagem, passou, por instantes, de grande sofrimento e, quando sua fé, por causa desses infortúnios, fica abalada, por achar que não merecia tantos males, chegou a ouvir uma voz, que o repreendeu. Pode ser, até, um delírio, ou, então, mais uma prova, de que a vida interior, de Colombo, está intimamente ligada ao cristianismo ou mais precisamente, ao catolicismo. Decepcionado com os homens, se voltava, a cada dia que passava, cada humilhação que sofria, cada sofrimento que o afligia, para a religião, para Deus.

Por causa dessas virtudes cristãs, provavelmente, é que o Papa Pio IX, em mil oitocentos e oitenta e seis, designou o Cardeal Donnet, Arcebispo de Bordoux, para iniciar o processo de canonização do genovês. Durante as comemorações do quarto centenário da descoberta da América, o governo da Colômbia apoiou o processo de canonização. A Igreja Católica, contudo, terminou por rejeitar tal processo.

Colombo, portanto, não é um santo. E, na realidade, algumas atitudes do genovês contrariavam, profundamente, os princípios cristãos... Na Espanha, enquanto não era recebido pelos reis espanhóis, se divertia, nos braços de suas amantes... Frio e cruel quando mandou escravizar os nativos. Perverso, quando mandou enforcar rebeldes espanhóis e, ainda, quando ordenou que o chefe da rebelião fosse lançado do alto da torre de um navio, no mar...

O que se pode concluir, de tudo isto, é que a incoerência é, justamente, um traço da personalidade colombiana. Com base nessa incoerência, é que se formulou diferentes hipóteses, sobre Cristóvão Colombo. Para alguns de seus biógrafos, um santo, grande responsável pela propagação do cristianismo, em terras americanas... Para outros, contudo, seria um aventureiro, mentiroso, o maior vilão da História...

Cristóvão Colombo, de origem humilde, consegue sair do anonimato e graças a um grande feito, se projetar, definitivamente, na História da Humanidade. Não pode ser, portanto, uma pessoa qualquer, comum. Possuía uma vontade férrea e graças a ela, consegue vencer. É verdade que contou com o apoio dos franciscanos, por um lado e de outro, com o apoio dos judeus. A

virtude de Cristóvão Colombo, foi saber usar a força desses dois grupos, para conseguir a autorização dos soberanos espanhóis.

Colombo possuía um grande poder de persuasão, de convencer as pessoas, de fazer amigos. Mas, como não costumava ceder, em nada que contrariasse os seus argumentos, as vezes, irritava seus adversários, aumentando, assim, o número de inimigos...

O Almirante envelheceu precocemente, devido, sobretudo, aos sofrimentos e as humilhações que teve que enfrentar, justamente, após a descoberta da América. Foi preso. Destituído de todos os seus poderes. Sofreu um grande abalo, quando soube a notícia da morte de Isabel de Castela, no dia vinte e seis de novembro de mil quinhentos e quatro, no Castelo Mota, em Medina del Campo.

Cristóvão Colombo, o descobridor da América.

Uma personalidade marcante, porém, controversa. Representante de um mundo onde a lenda, o mito, possui características de uma realidade fantástica, com a predominância, claro, da imaginação. A Espanha, na época da descoberta, ainda não havia saído da Idade Média. Sendo o produto desse contexto e protagonista de uma aventura que enfrentava a parte mais desconhecida do oceano, a vida de Cristóvão Colombo teria, naturalmente, que se entrelaçar com a fantasia... Para muitos, sobretudo, elementos do povo, ele não é, apenas, o que fez, mas, igualmente, o que se imaginou que tivesse realizado.

É, portanto, difícil, separar, da sua biografia, o que é real e o que é verdadeiro.

Uma coisa, entretanto, é certa: para se compreender Cristóvão Colombo, tem que se penetrar na essência dos valores da época, e nunca nos ideais do século vinte. Cristóvão Colombo foi, na realidade, um ser humano, com suas falhas e suas virtudes. Mas, também, personagem de uma grande aventura, no final da Idade Média.

BIBLIOGRAFIA

- COLOMBO, Cristóvão. **Diários da Descoberta da América** - As quatro viagens e o testamento. L & PM Editores. Porto Alegre, 1984.
- CAVAZZANA, Giuseppe. **A Vida Heróica de Cristóvão Colombo**. Melhoramentos. S. Paulo, s/d.
- CHIAVENATO, José Júlio. **Colombo: fato e mito**. Brasiliense, 1992.
- DOZER, Donald Marquand. **América Latina - uma perspectiva Histórica**. Globo. Porto Alegre, 1966.
- GRANZOTTO, Gianni. **Cristóvão Colombo**. José Olympio. Rio de Janeiro, 1985.
- GANDIA, Enrique. Descobrimento da América. Explorações Geográficas e Conquista do Novo Mundo. In **História das Américas**. Vol III. Rio de Janeiro/S. Paulo/Porto Alegre. W. M. Jacson, 1954.
- GAIBROIS, Manuel Ballesteros. **História de América**. Madrid. Ediciones Pegasus, 1962.
- GRANDES VIDAS, GRANDES OBRAS. Lisboa. Seleções de Reader Digest. 1980.
- MOUSNIER, Roland. A Europa e o Mundo. In **História Geral das Civilizações**. Tomo IV, 2º vol. S. Paulo. Difusão Européia do Livro, 1957.
- WIESENTHAL, Simon. **A Missão Secreta de Cristóvão Colombo - Velas da Esperança**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1975.
- MITCHELL, J. Leslie. **Os Grandes Exploradores**. S. Paulo. Boa Leitura, 1963.
- TODOROV, Tzveton. **A Conquista da América - A questão do Outro S**. Paulo. Martins Fontes, 1983.

COLOMBO PARA TODOS OS GOSTOS: VISÕES E REVISÕES DA CONQUISTA DA AMÉRICA¹

Marcus J. M. de Carvalho

Universidade Federal de Pernambuco

Eu não tenho nenhuma dúvida que G. Willis estava certo ao escrever que Colombo é o homem do ano. Ele esteve em inúmeras publicações estrangeiras, e no Brasil foi capa de *Veja*, *Isto É*, *Manchete*, e outras revistas de grande tiragem, além de tema de cadernos especiais nos maiores jornais do país, e por aí vai. Isso sem falar de textos acadêmicos. Nenhuma outra personalidade levantou tanta poeira nas Américas e na Europa quanto esse genovês, cujo verdadeiro rosto nunca conheceremos, apesar da fantasia de tantos pintores que o retrataram. E bote confusão nisso. O resultado é que, num momento em que o mundo caminha para a formação de grandes comunidades econômicas e lingüísticas, muita gente, erroneamente creio eu, acha que esta data, 1492, nada vale.

O problema começa logo com o termo "descobrimto", que indica uma posição unilateral, européia quando na realidade sabemos que para as civilizações americanas em grande parte o que houve foi na realidade um "encobrimto". Por isso, vamos deixar esses pruridos de lado. O termo certo é esse: conquista da América, e não descoberta. E, isso não se deve a um conspiracionismo da História oficial. Em 1843, o Prescott chamou seus famosíssimos trabalhos *The History of the Conquest of México* e *The History of the Conquest of Peru*. Assim, conquista, sem mais nem menos. Depois foi que resolveram amenizar a coisa, e mudaram o nome para descoberta.

Mas, mesmo para os europeus, com toda a autoridade do conquistador, foi difícil no começo dar um nome para a experiência que tiveram e para aquilo que encontraram do outro lado do Atlântico. Havia um limite na própria linguagem, que levou Colombo a chamar os nativos de "índios", ou como lembra Leopoldo Zea, a pensar que o "Canibal", temido pelos aborígenes, eram os homens do grande Khan, das estórias de Marco Polo. Só depois, os europeus viram que ali não era a Índia, mas um lugar inteiramente diverso. A solução veio quando passaram a chamar o desconhecido de "novo mundo". Aí está o cerne da importância da data. Pode até ser verdade que os vikings, fenícios, ou quem

quer que seja, chegaram aqui antes de Colombo. E, também se sabe que há muito se conhecia que a terra era redonda². Mas, o que conta da vinda de Colombo é que os mundos só se encontraram a partir daí.

E olhe que Colombo morreu com uma idéia errada das conseqüências de seu ato, que iniciou uma nova era, continuada por Vasco da Gama e coroada em 1522 com a chegada dos 18 homens que sobreviveram a uma viagem que buscava atingir a Índia, navegando para o ocidente. O comandante dessa expedição, Fernando de Magalhães, fora morto por nativos numa ilha no Pacífico, e apenas um, dos cinco navios que lançaram-se ao mar, voltou para Sevilha. Quatro anos depois, em 1526, aparecia em Nuremberg o primeiro globo terrestre, algum tempo depois adotado como símbolo por Carlos V, juntamente com os dizeres *plus-ultra*. Em 1565, um navio vindo de Manilha descarregou canela no México. Essa rota pelo Pacífico, do oriente para o ocidente, era a única até então não utilizada pelo comércio internacional. O significado da viagem de Colombo é esse, ele inaugurou uma nova era, onde o espaço humano não teria mais limites. Foi somente a partir de 1492, que a terra tornou-se mundo.

A bem da verdade muito dessa discussão sobre se comemorar, ou não, os 500 anos da chegada de Colombo é uma questão também semântica. Comemoração, de fato, é um termo muito festivo. Reconheço que vale festejar várias coisas (tendo macarronada, como prato do ano: preparo do trigo mediterrâneo, formato oriental, e tomate americano). Contudo, não foi um encontro equitativo, entre dois amantes. Mas um entre conquistador e conquistado. O termo mais exato, portanto, é celebração.

Celebra-se missa de sétimo dia, e aula inaugural. Embora apontado como sinônimo de comemoração em vários dicionários, celebração tem uma conotação de maior solenidade, indicando um momento de reflexão. E é isso que devemos fazer: aproveitar a passagem dos quinhentos anos do encontro desigual dos mundos para refletirmos sobre aquele momento, onde se iniciou uma História realmente universal.

Dessa reflexão surgiram várias discussões sobre o assunto que, de acordo com H. Guldberg, frequentemente são polarizadas entre os "otimistas", que enaltecem a obra dos europeus, e os "pessimistas" que denunciam o genocídio das populações nativas. De um lado, uma visão tradicional que enaltece os conquistadores como heróis sem erros, enfatizando a colaboração européia para o advento da modernidade. Do outro lado, estão aqueles que espinam Colombo e os demais conquistadores como gente pra lá de Adolf Hitler, e nada vêem de positivo no (des)encontro de 1492.

A corrente tradicional, que entroniza Colombo e a conquista, deixa de lado toda a violência da expansão européia a partir do século dezesseis. Já a outra corrente, que é atualmente considerada "politicamente correta", mitifica os não europeus, e reduz a História humana a um maniqueísmo idiota entre o mal (os europeus e os homens brancos em geral) contra o bem (todo o resto da humanidade).

A realidade não foi nem uma coisa, nem outra. Durante a conquista matou-se a torto e a direito. Gente fardada, togada, sacramentada e até nua participou da matança. A grande vítima foi o índio. Só que não adianta querer julgar quem já morreu há tanto tempo com instrumentos morais do presente, mesmo porque isso já foi feito, não só por jesuítas quinhentistas e depois, mas de uma forma secular e racional por vários escritores iluministas que lembraram as crueldades da conquista como exemplo do que não deveria existir (Whitaker). A discussão tem que avançar, portanto.

Escrevendo sobre aquele momento, lembra Thomas Sowell que, sem o intercâmbio cultural entre as civilizações, o homem jamais teria saído das cavernas. Lamentavelmente, esse intercâmbio tem sido sempre desigual e, portanto, de imediato alguém vai sair perdendo, e muito. Esse sangue derramado não impediu que, no futuro, grande parte da humanidade se beneficiasse dos conhecimentos adquiridos com a aventura americana, da renovação mental que levou ao surgimento do multiculturalismo. Ressalte-se que muito do que veio a se tornar parte integrante do mundo ocidental moderno não se originou na Europa. Da mesma forma o ocidente exportou muita coisa em termos de comportamento, mentalidade e tecnologia para os quatro cantos do mundo. Essas trocas são parte integrante da conquista da natureza através do aumento da eficiência. Por conta do trauma que foi o nazi-fascismo, as pessoas se sentem receosas em admitir que os meios que uma determinada cultura emprega para resolver determinados problemas são mais eficientes do que os empregados por outras. Com relação a arte, música, literatura, não é possível falar-se em maior eficiência. Mas nem tudo é arte. Os algarismos inventados pelos hindus, e trazidos para o ocidente pelos árabes não são apenas diferentes dos algarismos romanos. Eles são melhores e mais eficientes. Isso não implica em dizer que uma cultura, como um todo, é necessariamente superior a outras. Contudo, quando as culturas adotam aspectos das outras, lembra Sowell, em grande parte o fazem pela maior eficiência daqueles aspectos para resolver problemas específicos.

Nesse ponto a chegada de Colombo na América foi importante também para a expansão do universo mental do homem europeu, preso a existência de um único mundo conhecido, de regras filosóficas pré-estabelecidas. Havia uma

necessidade da América no pensamento ocidental, para avançar a crítica da razão tradicional feita na renascença. Era preciso inventar a América, na feliz expressão de O'Gorman, como um mundo de evidências empíricas contrárias ao que estava organizado de forma bem comportada, seguindo os cânones da Igreja. Uma realidade onde as pessoas andavam nuas, sem que houvesse pecado. Foi como disse Vespúcio: *"en aquel hemisferio he visto cosas no conformes a la razón de los filósofos"*³. E, no entanto mesmo essa descoberta foi difícil e vagarosa, a não ser para muito poucos, como Guicciardini, que teria dito que *"estas viagens tornaram claro que os antigos se enganaram de várias maneiras com referência aos seus conhecimentos sobre a terra... Elas foram causa de alarme para os intérpretes das Escrituras Sagradas"*⁴. Guardando as devidas reservas, é claro, a longo prazo a árvore da tolerância religiosa e do liberalismo também tem uma de suas raízes empíricas no encontro dos mundos. Encontro da dialética entre a criação e a dor.

Vale salientar, todavia, que as coisas que deram certo, e esse encontro em si dos mundos, não justificam os crimes cometidos em nome da cristandade ocidental. E, ressalte-se, como lembra Alfonso, muita coisa ruim foi retirada do esquecimento para ser reaplicada na América, a começar pela própria escravidão, instituição hedionda em franco declínio na Europa, que volta com toda força no novo mundo. Houve um retrocesso político evidente, na escravidão dos povos africanos e indígenas, sem acesso ao pecúlio do Direito romano, nem a muito dos direitos dos escravos do medievo ibérico, estabelecidos na lei das siete partidas, fato notado pelos europeus mais cultos da época.

Mas também a culpa disso tudo não foi de Colombo. Ou melhor, os erros da humanidade, são também parte de sua História. Não se deve tentar apagar essas manchas negras da vivência humana, mas sim refletir sobre elas. Reflexão que tem seu pedaço de ideologia. Certa vez Lawrence Stone escreveu como é comum acontecer de uma geração de historiadores, ao contestar as teses da geração anterior, muitas vezes volta a se aproximar das teses de uma geração mais antiga, até ser novamente contestada, e assim sucessivamente. Em cada um desses casos, não se volta a pensar totalmente como na tese mais antiga, já perdida no tempo. O que ocorre é uma recuperação do que havia de correto em teses já rechaçadas, acrescenta-se algo, ou muito, de novo, e assim nos aproximamos cada vez mais da verdade. Verdade que, em termos absolutos, também é intangível para a ciência. Nessas querelas muita gente faz carreira, vende seus livros, e assim por diante. O que é verdadeiro sempre permanece, e se não permanece na geração imediatamente posterior, vai ser recuperada depois. Contudo há sempre o lado ideológico dessas discussões acadêmicas, aquela parte do conhecimento que não permanece, pois torna-se inexoravelmente superado pela pesquisa empírica. Nas ciências sociais há sempre aqueles

que ganham suas cadeiras seu dinheiro e sua fama com os modismos do momento, aproveitando alguma onda, e lá se vão. Na feliz expressão de um escritor americano, o ídolo é a medida do adorador.⁵ Nesse sentido, é interessante notar que há Cristovãos Colombos para todos os gostos, correspondendo ao seu tempo e lugar.

Wilford lembra que maior comemoração do tricentenário da chegada de Colombo na América foi feita em Washington, em 1792. Os Estados Unidos eram então uma nação jovem e resoluta. O King's College então foi transformado na Universidade de Columbia, e o distrito da capital americana também tomou o nome do navegador. Colombo então encarnava a quebra com o velho mundo, num momento em que o novo Estado forjava a sua identidade.

Cem anos depois, em 1892, Colombo encarnaria algo bem diverso. Era o apogeu do capitalismo vencedor. Ainda não se vivera as duas grandes guerras. O darwinismo social então grassava nos meios intelectuais. Na *World's Columbian Exposition*, em Chicago, conta Wilford, o presidente americano pessoalmente ligou a nova invenção, a eletricidade, que colocou em movimento uma série de objetos. Era como se estivessem inaugurando uma nova era de abundância.

Colombo representava o homem branco vencedor na América e no mundo. Na América Latina, mestiça, já então açoitada pela pobreza, ele representava o anseio da elite acabrunhada que queria a europeização de suas culturas a todo custo. No Brasil, entre a intelectualidade já se esquematizava o que mais tarde veio a ser conhecida como a "teoria do branqueamento", a grotesca versão tupiniquim dos racismos europeus (Skidmore). Colombo então desembarcou na América como esse imigrante branco superior, almejado pelos defensores das teorias raciais em voga na época. O clássico livro de Washington Irving, escrito ainda no final dos anos vinte do século dezenove, antecipava com perfeição o que seria esse Colombo da era do imperialismo, daí porque seria tão celebrado no final do século. Trata-se de um Colombo ponderado - como provava a inventada estória do ovo - mas também um apaixonado, capaz de sofrer e amar como deveria um homem superior: "*Caracterizaban su conducta la sublimidad de sus ideas y la magnanimidad de su espíritu*". Para Irving, Colombo errou aqui e ali, mas sempre com boas intenções, e as maiores crueldades resultantes da delegação de poderes a seus subordinados, ou a quadrilhas mal intencionadas, para quem "*toda ley era tirania, y todo orden sujeción*".⁶

E vamos lembrar que também foram feitas várias tentativas de se canonicizar Colombo. Essas duas atitudes são típicas da ausência de interpretação e da sobreideologização da história, utilizada como um instrumento para se ilustrar

ou justificar a situação do presente e não para **explicar** esse presente. Nessas visões não se tentou contextualizar nem Colombo nem os indígenas e se impôs a mentalidade imperialista da Europa do final do século passado, Europa do capitalismo vitorioso, que repartiria a África em 1896, como quem reparte uma coisa qualquer. Em 1892, tinha-se uma visão acrítica do momento, no qual Colombo encarnava o homem branco vencedor, dono de seu destino e os indígenas, um nada.

Agora, em 1992, quando Colombo chegou, a situação parece ter-se invertido. Depois de duas grandes guerras, da bomba atômica, do Vietnã, do fim do socialismo real, do desencanto com a indústria moderna, faz-se necessário a revisão de velhos conceitos, surgindo novas preocupações, entre as quais a ecologia, a decadência relativa das grandes potências, e a crescente consciência de que os oprimidos também são agentes da História. Nesse contexto não é de surpreender que os conquistadores tenham-se tornado nos grandes criminosos de 1992. Mas não é só por isso que é esse o Colombo que temos. Agora, Colombo é principalmente uma mercadoria. O mesmo capitalismo que transformou em farda universal as calças mais vagabundas do mercado, o jeans, que os hippies usavam contra o consumismo burguês, agora transforma ecologia e tudo o mais em moda. Nessa história ressurge em filme até também o Colombo romântico. Enfim, há Colombos para todos os gostos.

E esse Colombo cruel, hediondo, matador de índios, seria esse a sua melhor interpretação? Ora, é claro que os homens pré-americanos devem ser entendidos em seu contexto histórico. Dentro do nosso prisma de homens do século vinte devemos entender que o sacrifício humano tinha um lugar dentro da mentalidade pré-colombiana no mínimo tão legítimo quanto a pena de morte hoje em dia. Assim explica-se os vinte mil sacrifícios humanos feitos em 4 dias no reinado de Ahuitzotl, do império asteca. Contudo, creio que devemos fazer o mesmo em relação aos conquistadores. Eles eram aventureiros em busca de glória e ouro, as custas também do sangue alheio - o que é compreensível na época em que viviam, da reconquista espanhola.

Bem, uma crueldade não justifica outra, é óbvio. E, no rol dos culpados das crueldades dos últimos quinhentos anos não há dúvidas que o homem branco desponta em primeiríssimo lugar (inclusive contra os seus semelhantes). O que é forçoso reconhecer, todavia, é que a chegada do europeu às Américas, e o conseqüente holocausto, ocorreriam com ou sem Colombo, Cortez e Pizarro, pois o intercâmbio seria feito entre desiguais de todo jeito. E a escala das crueldades até aumentou a medida que o tempo passou. Hannah Arendt chamou de banalização do mal a indiferença das pessoas com a violência de

Stalin e Hitler. Não seria exatamente isso que vivemos quando nos deparamos com crianças pedindo esmola no sinal?

O que choca com tudo, é que a escala da crueldade humana aumentou a medida que o tempo passou. Nenhum desses pecados do século dezesseis tinham a frieza ideológica da "solução final" de apenas cinquenta anos atrás. Esse sim um evento contemporâneo, condenável sobre o prisma de seu próprio tempo.

É aqui que entra uma outra parte da reflexão que deve ser levada adiante nessa celebração dos quinhentos anos. Vale a pena rever os lados menos heróicos dessa história. O dia-a-dia das traições que não fazem parte das histórias oficiais. Os momentos de maior sordidez, desses que se fala cabisbaixo, sem muita empolgação. Dentro dessa linha que busca recuperar a história interna da conquista, tem surgido muita coisa nova, boa, sobre a desunião dos conquistadores, e as contradições das sociedades pré-americanas.

Calcula-se que entre 1492 e a metade do século XVI, umas dez mil pessoas participaram da conquista das Américas. Mas somente uns 600 tornaram-se encomenderos na América do Norte, e uns quinhentos no Sul. Isso é muito pouco, ainda mais, se levarmos em conta que só uma parcela dessas encomiendas eram de fato lucrativas. Os conquistadores já começaram divididos em classes.

Além disso a própria elite colonial estava dividida. Antes de conquistar o império asteca Cortez literalmente tocou e derrotou uma expedição mandada pelo governador de Cuba para contê-lo. No Peru, a guerra civil entre os conquistadores Pizarro e Almagro também tem recebido muita atenção. Dos 168 conquistadores originais do império Inca, 16 morreram combatendo os índios e 15 lutando entre si.

No mais, sabe-se agora que para a primeira geração de colonos e conquistadores a mobilidade social era rápida. Mas na segunda geração, quem chegava da Espanha pobre, sem conexões políticas, ou qualificação profissional, dificilmente mudaria de situação.

Alguns outros trabalhos sobre o período tem procurado focalizar um outro aspecto muito cruel dessa história que é a cooperação que largos setores das sociedades pré-colombianas deram aos conquistadores. Esse é um outro ponto que tem muito em comum com o nosso presente, vale essa reflexão, portanto.

Sabe-se demais que os Incas e Astecas formavam impérios e como tais tinham povos tributários hostis. Internamente eram sociedades altamente hierarquizadas, com vários graus de subordinação e autoridade. Essa estrutura

estatal, com suas fissuras internas, explica porque os espanhóis foram tão bem sucedidos em conquistar os dois grandes impérios, enquanto que outras sociedades menos hierarquizadas só foram conquistadas séculos depois. Nem o aço de Toledo, nem a crença que os espanhóis eram Deuses explicam sozinhas a vitória de Cortez no México, ou Pizarro no Peru. Somente a vantagem tecnológica não superava a vantagem numérica dos indígenas. Isso só aconteceria com o advento do fuzil de repetição. A crença na origem divina dos conquistadores deu uma vantagem psicológica imensa aos conquistadores mas, não foi isso que derrotou os impérios Inca e Asteca com tanta rapidez.

Sabe-se bem, hoje em dia, que os maiores aliados dos conquistadores foram as epidemias - da gripe a varíola - e as alianças e engodos (semanticamente amenizados pelos "otimistas" como "diplomacia") feitos pelos espanhóis, e que seriam impossíveis não fossem as fissuras internas das sociedades pré-colombinas.

As epidemias arrasaram os Astecas, quando estes ainda poderiam resistir, e chegaram ao império Inca antes de Pizarro. Todavia, em alguns casos, diminuiu a tal ponto a população que, a própria possibilidade de colonização ficou ameaçada. Foi assim com os colonos das ilhas do Caribe, que cedo tiveram que importar escravos africanos, pois os índios de língua Caribe das ilhas simplesmente morreram.

Algumas alianças espanholas foram claras demais. É o caso de Cortez com os Tlaxcallas, inimigos históricos dos Astecas. Ou de Pizarro com Cañaris, um povo punido com tal severidade por Atahualpa que nem mulheres nem crianças foram poupadas. Ou, ainda, fica clara a adesão daquelas pessoas que haviam perdido seus Direitos comunitários nos grandes impérios. Sem laços comunitários, um homem era apenas um servo, totalmente dependente no seu senhor, ou senhores. Era essa a sina dos prisioneiros de inúmeras guerras pré-colombianas. Esse individualismo e autonomia que vemos hoje em dia, é coisa bem recente na História da humanidade. No passado, as pessoas eram o que eram suas comunidades. Um homem sozinho com a natureza não tinha muitas chances de sobrevivência. A liberdade não era autonomia, mas pertencer a comunidade. Daí porque havia um grande contingente de pessoas vivendo a margem dos grandes impérios, pessoas que não pertenciam a nenhuma ayllu, ou império inca, ou calpulli, entre os astecas, e portanto reduzidas a um estado de servidão. Não é de surpreender que essas pessoas, que não tinham uma aldeia para onde ir, buscassem apoio nos novos conquistadores, mesmo porque, teoricamente, entre servir o derrotado e servir o vencedor, muitos naturalmente escolheram a segunda opção.

Isso tudo é fácil de entender. O que mais choca, contudo, é a cooperação dada por várias etnias dominantes e chefes de aldeia aos conquistadores. Para o caso peruano Stern traz revelações perturbadoras. Foi grande a cooptação de Chefes indígenas que viram nos espanhóis um aliado na dominação, e no comércio colonial, um meio de enriquecimento. Eram eles que escolhiam os mitayos. De suas filhas, casadas com espanhóis, nasceria parte da elite colonial. Um grupo de Caciques peruanos tornou-se tão rico que tentou comprar Felipe II com 100 mil ducados, para que ele acabasse com a *encomienda*. Era mais do que os colonos espanhóis ofereciam. A razão dessa oferta não foi lá assim tão humanitária. Era mais um problema de competição pela mão-de-obra indígena, entre patrões versus novos.

A economia explica que a competição existe porque os recursos são necessariamente escassos. Claro que, a partir de um certo momento, a mão-de-obra foi tão super-explorada que as próprias bases da autoridade indígena foram abaladas. Quando não dava mais para estes Caciques pagarem tributos a Corôa e, ao mesmo tempo enriquecerem, rebelavam-se junto com seus povos. Com o passar do tempo, e decadência do império espanhol, as elites locais foram ocupando o seu espaço nos aparelhos do Estado. Tornaram-se nacionalistas no momento em que a Corôa resolveu retomar este espaço de poder durante as reformas bourbônicas. Com o passar do tempo, e a independência, as elites locais foram ocupando o seu espaço nos aparelhos do Estado. Na América Latina tem-se o hábito de culpar o estrangeiro pelas nossas mazelas, quer sejam espanhóis, portugueses, holandeses, ingleses, americanos ou japoneses eles sempre levam a culpa. E as elites locais aparecem como solidárias ao povo explorado. Talvez até nacionalista e romântico, porém irreal. A traição ao povo também começou há quinhentos anos atrás.

Nós somos o resultado de tudo isso que ocorreu desde 1492. Não somos o resultado do que gostaríamos de ter sido. Só nos resta caminhar para o futuro.

Bibliografía Citada

- ALFONSO, Juan Maestre. "Las Ideas que Originaron el Descubrimiento. América como Necesidad". In Leopoldo Zea et al. **El Descubrimiento de América y su Impacto en la Historia**. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1991.
- ELLIOT, J.H. "The World After Columbus", **The New York Review of Books**, 38, vol. 15, 10 de outubro de 1991.
- FEBVRE, Lucien. **The Problem of Unbelief in the Sixteenth Century: The Religion of Rabelais**. Nova York: Harvard University Press, 1982.
- GULDBERG, Horacio Cerutti. "Presagios de Descubrimientos y Tópicos del Descubrir". In Zea, *ibid.*
- IRVING, Washington. **Vida del Almirante Don Cristobal Colón**. Londres: 1827; reed. Madrid: Ediciones Istmo, 1987.
- ORTEGA y MEDINA, Juan. "La Novedad Americana em el Viejo Mundo". In Zea, *ibid.*
- SKIDMORE, Thomas. **Preto no Branco**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- STERN, Steve. **Peru's Indian Peoples and the Challenge of Spanish Conquest: Huamanga to 1640**. Madison: The University of Wisconsin Press, 1986.
- WILFORD, John N. "Discovering Columbus". **Dialogue**, 96, fevereiro de 1992.
- WILLIS, Gary. "Goodbye Columbus". **New York Review of Books**, 38, vol. 19, 21 de novembro de 1991.
- WHITAKER, Arthur, Ed. **Latin America and the Enlightenment**. Ithaca: Cornell University Press, 1961.
- ZEA, Leopoldo et al. **El Descubrimiento de América y su Impacto en la Historia**. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1991.

NOTAS

- 1 Esse trabalho foi, originalmente, apresentado no VI Encontro de Professores de História do Rio grande do Norte, em Natal, em 20 de outubro de 1992.
- 2 Como lembra J.H. Elliot, nos círculos mais intelectualizados da própria igreja não havia mais dúvidas disso, desde que Agostinho (354-430), em discussão com fundamentalistas, disse que não poderia realmente existir um primeiro dia da criação, já que num dos lados da terra era sempre noite.
- 3 Apud. Juan Alfonso, p. 72.
- 4 Apud. Lucien Febvre, p. 458.
- 5 Apud. Wilford, p. 8.
- 6 Irving, p. 509.

A CONQUISTA DA AMAZÔNIA

As lutas entre o Gêntio e o Colonizador

Ítala Bezerra da Silveira

Departamento de Ciências Sociais

A historiografia brasileira é omissa quanto ao fato de que, no período colonial, a região que constitui a atual Amazônia era uma unidade administrativa que nada tinha a ver com o "Estado do Brasil". Isto é, de que a Coroa Portuguesa possuía, na América, mais de uma colônia. Uma destas era o "Estado do Brasil". A outra, o "Estado do Maranhão e Grão Pará". Que o Governo daquele "Estado" não era subordinado ao Governo Geral do Brasil, pois estava ligado diretamente à Corte de Lisboa.

Esta omissão se faz tão gritante que até professores de História desconhecem a existência, entre os anos de 1621 e 1815, do Estado do Maranhão e Grão Pará.

Mas esta não é a única omissão da historiografia brasileira. Outras existem e uma delas se relaciona com a luta dos aborígenes contra o colonizador luso. As lutas em defesa de sua terra, sua cultura, seus costumes e, principalmente, de sua liberdade. E, não apenas omissa. É também parcial.

Os nomes dos guerreiros indígenas, que figuram em nossa história, pertencem aqueles que aceitaram a dominação européia e se aliaram ao colonizador luso. Assim, temos os nomes de Arariboia, de Poti e de outros menos famosos. Mas os índios, que lutaram e morreram em defesa dos valores que prezavam, ficaram no anonimato. A história não menciona sequer os seus nomes.

Todavia, conhece-se de sobra os nomes dos que trucidaram índios, exterminaram nações indígenas inteiras, em nome da religião de Cristo e da civilização cristã.

Estas duas omissões se pretende resgatar com este ensaio.

De toda a resistência de milhares de índios que morreram lutando contra o colonizador luso, apenas o nome de um chefe indígena da tribo dos Manaus, habitantes do Rio Negro, chegou aos nossos dias. É o nome de Ajuricaba, que se transformou, na história da Amazônia, numa lenda de bravura indômita e entranhado amor à liberdade.

Há também, uma tribo indígena desaparecida, a dos anagaibas, (corruptela de nheengaibas) que permaneceu viva na imaginação do povo amazônica como um símbolo daquele extremo amor à liberdade, que caracterizou o silvícola do Vale Amazônico.

Mas, em vão procuraremos os seus nomes nos compêndios de História do Brasil. Somente nos livros de história regional se encontrarão referências a estes nomes.

Há, ainda na história do Grão Pará e Rio Negro, um outro nome, que embora não tão conhecido como o foi Ajuricaba, não ficou inteiramente no anonimato. Seu nome e seus feitos são relatados em duas obras de Antônio Ladislau Monteiro Baena, o cronista do Grão Pará, no período colonial. Ocorre que a única edição do "Ensaio Corográfico", publicado em 1839, está esgotada, o mesmo acontecendo com as duas edições do "Compêndio das Eras da Província do Pará".

Trata-se do índio Domingos, enforcado no lugar do Moreira, nos idos de 1758, pelos inomináveis crimes cometidos. Cremos, porém, que a legenda do mesmo deve ser conhecida, pois faz parte da luta dos povos nativos da América, massacrados em seu confronto com o colonizador e está inserida no drama de ocupação do Vale Amazônico.

Entretanto, antes da narração das sagas de Ajuricaba e do índio Domingos, necessário se torna fazer um retrospecto da ocupação da Amazônia pelo colonizador luso.

Na segunda década do Século XVII, em janeiro de 1616, aportava às plagas da Baía do Guajará uma expedição militar, saída de São Luís do Maranhão no dia de Natal do ano anterior. Era comandada pelo Capitão Francisco Caldeira de Castelo Branco, ao qual fora atribuído por Alexandre de Moura, o título de Descobridor e Primeiro Conquistador do Amazonas.

Em uma das margens da Baía do Guajará, próximo à foz do Rio Guamá, Francisco Caldeira de Castelo Branco fez erigir um Forte, que recebeu o nome de Presépio e determinou a construção de um povoado ao mesmo tempo adjacente. Dentro do Forte fez erguer uma Capela dedicada a Nossa Senhora das Graças, mas o povoado teve o nome de Santa Maria de Belém. A região onde os portugueses se estabeleceram foi denominada Feliz Lusitânia.

Com a expulsão, em 1614, dos franceses do Maranhão e a retirada de Daniel de La Touche, senhor de La Ravardière, daquela capitania, os franceses, que tinham estabelecido suas feitorias nos Rios Pará e Tocantins, também se retiraram. Naquela ocasião, os franceses não se constituíram em problema para os portugueses.

Mas, além dos franceses, havia outros europeus no Vale Amazônico. E não eram poucos: ingleses, irlandeses e holandeses.

Os ingleses tinham escolhido o braço norte do delta amazônico e nas margens do Rio Oiapoque estabeleceram suas feitorias. Havia entabulado um ativo intercâmbio com os nheengaibas, aborígenes da Ilha Grande de Joanes (Marajó). Resistiram aos portugueses por alguns anos, mas foram derrotados no final dos anos 20, do Século XVII. Retiraram-se do Vale Amazônico e, posteriormente, se estabeleceram nas Guianas, onde permaneceram.

Mas foram os holandeses, ligados ao comércio do açúcar, os que por mais tempo se mantiveram na região. Antes da chegada dos portugueses, em 1599, os holandeses penetraram no Rio Amazonas até o seu afluente Xingu. Nas margens daqueles dois rios, plantaram canaviais, estabeleceram engenhos para a produção de açúcar e construíram "casas fortes" para a defesa do seu comércio e de suas propriedades. Seria, talvez, definitiva a presença dos holandeses na Amazônia se os portugueses não tivessem, também, se estabelecido na Feliz Lusitânia.

Com a conquista da Capitania de Pernambuco, no Norte do Brasil, os holandeses puderam prolongar sua permanência na Amazônia, apesar de serem, constantemente, acossados pelos portugueses, que não lhes davam tréguas. Expulsos das margens dos rios Amazonas e Xingu, permaneceram por mais alguns anos no Cabo Norte, de onde só foram desalojados no ano de 1648, trinta e dois anos depois da chegada de Francisco Caldeira de Castelo Branco às terras paraenses.

Cinco anos depois da construção do Forte do Presépio e início do povoado de Santa Maria de Belém, em 13 de junho de 1621, o Rei Felipe IV (III de Portugal) desmembrou aquela região do "Estado do Brasil" e criou o "Estado do Maranhão", constituído pelas Capitânicas do Maranhão, Pará, Cumá e Cametá, com sede em São Luís. Foi um dos primeiros atos do seu Reinado, pois subira ao trono em março daquele mesmo ano.

Aquele Estado teve diversas denominações: Estado do Maranhão, do Maranhão e Grão Pará, do Grão Pará e Maranhão e, por fim, em 1772, foi dividido em dois Estados. O do Pará e Rio Negro, com sede em Belém e o Maranhão e Piauí, com sede em São Luís. Naquela ocasião, só haviam quatro Capitânicas Reais - as que deram nomes aos Estados. As outras, como Capitânicas subordinadas, haviam sido incorporadas à Coroa Portuguesa durante a administração pombalina.

A expedição de Francisco Caldeira de Castelo Branco se fizera durante o domínio espanhol e a ação do Capitão português tivera o respaldo da Coroa

Espanhola. Mas, com a restauração da monarquia portuguesa, a situação se tornara bem diferente.

Após a reconquista de sua independência, em 1640, Portugal resolveu ocupar definitivamente aquela região que havia conquistado com o sacrifício de vidas portuguesas. Mas não o poderia fazer abertamente, em uma guerra de conquista. Uma coisa era expulsar os europeus não iberos, com o apoio da Coroa Espanhola. Outra coisa seria combater a própria Espanha, que ainda era uma das maiores potências da Europa. Naquele momento, a monarquia portuguesa, restaurada após sessenta anos de dominação estrangeira, não tinha condições de travar uma guerra contra a Espanha. Mister se fazia a utilização de meios de conquista, não claros nem precisos.

É que o imenso Vale Amazônico deveria ser terra espanhola, de acordo com o Tratado de Tordesilhas, assinado em 1494, pelos Reis de Portugal e Espanha. O Brasil pertencia a Portugal e a Espanha reconhecia aquele direito. Portugal, portanto, deveria reconhecer o direito da Espanha, em relação à Amazônia. Era uma situação difícil, dada a fragilidade da Coroa Lusitana.

Temos de reconhecer que a solução encontrada foi realmente brilhante. A propagação da fé cristã, da religião de Cristo com a catequese do silvícola foi o pretexto encontrado. E, deste modo, Portugal ocupou quase toda a Amazônia, através das ordens religiosas que lá se instalaram. As missões eram, frequentemente, dirigidas por sacerdotes portugueses e a catequese que deveria levar os aborígenes da Amazônia ao Reino dos céus, na realidade, levou-os apenas a se tornarem súditos do Rei de Portugal. E isto se fez com raros e esporádicos atritos.

Nos anos de 1708 e 1709, os jesuítas espanhóis que, no século anterior, haviam fundado missões no alto Solimões: Tefé, São Paulo de Olivença, Fonte Boa e Coari, foram expulsos da região por ordem do Governador Cristovão da Costa Freire, Senhor de Pancas. Alguns anos depois, em 1723, uma expedição comandada pelo Sargento Mor Francisco de Melo Palheta, impediu a expansão, no Rio Madeira, das missões jesuíticas, que se tinha estabelecido na Bolívia.

Estes fatos comprovam que não era exatamente o Reino de Deus a meta das missões religiosas, que pulularam no Vale Amazônico. Cremos poder afirmar: era a expansão do império ultramarino português.

Esta meta foi alcançada. Cento e dez anos depois da restauração da independência portuguesa, com a ascensão da dinastia de Bragança, Espanha e Portugal assinavam o Tratado de Madri, que tornava a Amazônia uma possessão portuguesa.

Seis ordens religiosas se estabeleceram no Vale Amazônico. E, em 1755, quando foi abolida a escravidão indígena, havia em toda a Amazônia 65 Aldeias Missionárias.

Para evitar as dissensões e atritos, que já estavam surgindo entre as diversas ordens, uma Carta Régia de 1693, dividiu a Amazônia em áreas de predomínio, cabendo a cada uma destas ordens uma determinada área, na qual exerceria o seu mister.

Os Capuchos eram constituídos por três grupos, que chegaram ao Pará, em épocas diferentes. Os primeiros foram os Capuchos da Província de Santo Antônio. Em 22 de junho de 1617, Frei Cristovão de São José e outros religiosos fundavam o convento do Una, nos arredores de Belém. E, pela Carta Régia, acima mencionada, receberam a região do Cabo Norte e os Rios Jari e Paru, no braço setentrional do delta amazônico.

Das seis Aldeias Missionárias, existentes em 1755, a de Urubuquara foi elevada a Vila, com o nome de Prainha e a do Paru, com o nome de Almeirim. São hoje cidades do Pará e conservam estes nomes.

Os Capuchos de São José e Nossa Senhora da Piedade chegaram em 1639. Pela Carta Régia de 1693, coube a eles a região que vai de Gurupá ao Rio Trombetas, na margem esquerda do Amazonas. Algumas de suas Aldeias Missionárias deram origem a Vilas que, posteriormente, se tornaram cidades do Pará. Entre estas temos: Surubiu é hoje Alenquer; a Aldeia dos Jamundás é Faro; a do Pauxis é Óbidos; e Gurupatuba é Monte Alegre.

Em Belém, construíram um convento com o nome de São José que, anos depois se tornou um presídio. Foram expulsos em 1759, pouco depois dos Jesuítas.

Os Capuchos da Conceição da Beira e Minho chegaram ao Pará no ano de 1707. Construíram um convento, nos arredores de Belém que, segundo informa Baena: "*nenhum estudo e primor custou à arquitetura*". Na catequese da Amazônia seu trabalho não foi de grande monta. Tiveram como campo de ação a região setentrional do Rio Amazonas, onde fundaram algumas missões. Destas, apenas a Aldeia de Uaramacu atingiu o predicamento de Vila, com o nome de Arraiolos, quando as Aldeias Missionárias passaram à administração do Governo Civil.

É interessante observar que, nesta Vila de Arraiolos, muitos anos depois, o sistema de produção era a pequena unidade camponesa familiar, como o comprova o Censo realizado no Pará, em 1823. Isto constitui, inegavelmente, uma herança da ação daqueles missionários.

Os Carmelitas Calçados chegaram em 1624, e em 1626 construíram seu convento em Belém. Foram esquecidos na distribuição de 1693, mas no ano seguinte, pela Carta Régia de 29 de novembro, receberam o Rio Negro e o Solimões. As Vilas de Barcelos, Tomar, Moura, Ega e Olivença constituem um legado dos Carmelitas.

A terceira ordem religiosa a chegar ao Pará foi a Companhia de Jesus, em 1636. O Padre Luís Figueira era o superior dos Inacianos, naquela ocasião. Subiu o Rio Amazonas e iniciou o trabalho de catequese no Rio Xingu. Mas, em 1643, o Padre Luís Figueira foi morto pelos índios, após um naufrágio, juntamente com outros religiosos da Companhia. De modo que, somente alguns anos depois, os Jesuítas voltaram ao Pará. Quando o fizeram, nos anos 50, dirigiu, por algum tempo, o trabalho de catequese, uma das maiores figuras da Companhia de Jesus na América Portuguesa: O Padre Antônio Vieira.

Os Jesuítas construíram em Belém um Colégio, com o nome de Santo Alexandre, que ainda hoje existe e funciona como sede do Arcebispado de Belém.

Continuaram a evangelização iniciada no Rio Xingu e atingiram o Tapajós. Pela Carta Régia de 1693, receberam a margem direita do Amazonas e parte da margem esquerda do mesmo rio, entre o Içá e o Negro.

Foi grande o trabalho dos Jesuítas no processo de aculturação do indígena da Amazônia. Ensinaram profissões e ofícios, adestraram o índio em misteres diversos. As aldeias missionárias jesuíticas se constituíram em autênticos celeiros de braços para o trabalho.

Mas, talvez a maior contribuição dos companheiros de Santo Inácio tenha sido a sua decidida participação na luta pela liberdade do índio, em que se empenharam desde os primeiros anos do seu estabelecimento na região. Lutaram denodadamente contra a vocação escravagista do luso colonizador, com uma tenacidade digna de admiração.

Os avanços da legislação portuguesa em relação ao problema indígena foram provocados, freqüentemente, pela ação da Companhia de Jesus. A Coroa Portuguesa se via, quase sempre, entre dois fogos. De um lado a rebeldia dos colonos, que necessitavam do trabalho escravo para a sua sobrevivência num meio hostil. Do outro, a poderosa Companhia de Jesus exigindo e, muitas vezes, forçando a concessão da liberdade ao silvícola. Por mais de uma vez foi abolida a escravidão indígena e, mais de uma vez, restaurada.

Devido a sua atuação em favor do índio, a Companhia de Jesus viveu em permanente luta contra o colono luso. Foi expulsa duas vezes da região. A

primeira, no Século XVII, por ação dos colonos do Maranhão e Grão Pará. Na segunda vez, no Século XVIII, por ordem do Marquês de Pombal.

Os Jesuítas ensinavam ofícios aos índios aldeados, preparavam-nos para os trabalhos sedentários a que não estavam habituados. Mas, se permitiam que os índios das aldeias jesuíticas trabalhassem para os colonos, exigiam que aos mesmos fossem pagos salários.

Entre os inúmeros trabalhos desenvolvidos pelos Jesuítas figura a adaptação do dialeto original dos Tupinambás, como uma língua geral, acessível a quase todas as nações indígenas da Amazônia. Inclusive elaborando uma gramática para facilitar o aprendizado da língua. Este trabalho foi importante, dada a variedade de dialetos então existentes na Amazônia.

Como nos informa Henry Walter Bates, em seu livro "Um naturalista no Rio Amazonas", nos meados do Século XIX, a língua geral ainda era predominante entre as populações nativas da região, o português só era falado em Belém e em algumas Vilas importantes.

Entre as Aldeias Missionárias fundadas pelos Jesuítas, cerca de vinte foram elevadas a Vilas, quando passaram à administração do Governo Civil. Isto indica que tinha condições de se auto-governarem, visto que a situação de vila equivalia ao direito de eleger um Senado de Câmara, ao qual cumpria a administração do Distrito.

Muitas destas Vilas cresceram, prosperaram e se tornaram cidades do Pará e Amazonas. Porto de Mós, no Rio Xingu, é a antiga aldeia de Maturéo; Santarém, no Tapajós, foi Tapuiçu; Itacoatiara foi Abacaxis, no Rio do mesmo nome; Borba, no Madeira, foi Trocano; e Humaitá, também no Madeira, foi São Francisco.

Algumas Vilas voltaram aos nomes primitivos. Maracanã foi Cintra, por muito tempo. O mesmo aconteceu com Araticu, que por algum tempo, foi Oeiras.

Outras, que foram elevadas a condição de Vilas, no Século XVIII, ainda assim permanecem. É o caso de Alter do Chão, Boim e Aveiro, todas no Rio Tapajós. Mas Vila Franca perdeu esta condição. Atualmente é apenas um povoado.

A ordem dos Mercedários chegou ao Pará em 1640. Erigiu, em Belém, o convento de Nossa Senhora das Mercês. Por ser uma ordem espanhola, foi expulsa logo após a restauração da monarquia portuguesa. Mas voltou no ano de 1646.

Sua ação na catequese foi mesquinha. Limitou-se aos Rios Urubu, Uatama e Anibá. A Aldeia Missionária, por eles fundada em 1660, em 1759 foi elevada a Vila com o nome de Silvós, por determinação do Governador da Capitania do Rio Negro, Joaquim de Melo Povoas. É considerada a mais antiga povoação do Estado do Amazonas.

Mas se a ação dos Mercedários foi insignificante em relação à catequese, o mesmo não se pode dizer de sua atuação no campo econômico. Introduziram a criação de gado na Ilha Grande de Joanes (Marajó), onde se tornaram os maiores criadores. Ao serem expulsos do Pará, tinham fundado apenas três aldeias missionárias, mas possuíam dezessete fazendas, com cerca de cem mil cabeças de gado.

Em 1755, ocorreu a abolição da escravidão do índio no Grão Pará e Maranhão. Governava o "Estado" Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do Marquês de Pombal.

Com a libertação dos índios, ocorreu também, a incorporação dos mesmos à administração do Governo Civil do Estado, cessando o poder temporal conferido, anteriormente, às ordens religiosas missionárias. E, para o governo dos índios, foram criados Diretórios, extintos em 1798, por uma Carta Régia do Príncipe D. João, Regente do Reino.

O estabelecimento das ordens religiosas missionárias, mormente da Companhia de Jesus, talvez tenha evitado o completo despovoamento do Vale Amazônico.

Pela leitura dos relatos da época, chega-se à conclusão de que os primeiros cem anos, após o estabelecimento dos portugueses nas margens da Baía do Guajará, foram marcados pelos massacres de índios e o extermínio de nações indígenas, algumas das quais desapareceram totalmente.

No final do Século XVI e início do XVII, os aborígenes da Amazônia haviam entabulado um ativo comércio com os franceses, ingleses e holandeses, que ali se estabeleceram com suas feitorias. Isto foi suficiente para justificar a guerra de morte que alguns Capitães portugueses moveram contra numerosas nações indígenas do Grão Pará. O massacre começou com Francisco Caldeira de Castelo Branco, primeiro Capitão Mor do Pará. Vejamos o que nos informa o Padre Jacinto de Carvalho:

"Facilmente Francisco Caldeira Castelo se fazia senhor de todo o Rio das Amazonas, e trazia a sua obediência todas as nações se não fossem tão falto de prudência. Entrou em suspeitas de que os Tupinambás se queriam levantar contra ele, e sem a averiguação que requeria a resolução que tomou, prendeu os

seus mais principais, e sem mais provas, que uns leves indícios, os mandou matar furtivamente; e imitando Tulo Hostilio os fez partir e juradamente afogar, atadas as pernas a duas canoas, por lhe faltarem cavalos, correndo a força de remos contrários rúmos. A vista desta crueldade se amotinaram os índios Tupinambás, e fugindo para os matos começaram a perseguir os portugueses, com um gênero de guerra, em que sem formarem batalhões, mas divididos, tomaram por rodela as árvores, donde a salvo matavam ou feriam os que saíam do distrito do pequeno forte"

(FRAGMENTO DE UMA CRÔNICA DA COMPANHIA DE JESUS NO MARANHÃO)

Pouco depois, aquela nação indígena foi dizimada por Bento Maciel Parente. Foram exterminados os Tupinambás de Tapuitapera, do Cumá e incendiadas.

Favela voltou vitorioso a Belém, onde foi ovacionado pelas autoridades e pelos colonos, mas o Rio Urubu tornou-se despovoado a partir daquela data.

Em outra expedição contra os Aruás, da Ilha Grande de Joanes, em 1702, houve massacre e aprisionamento de cinquenta índios. O motivo desta expedição foi o assassinio, cometido por aquela tribo, de dois missionários Capuchos de Santo Antônio.

Em 1708, os índios do Rio Uatama foram exterminados por uma expedição comandada por Pedro da Costa Raiol. Os rios Urubu e Uatama, onde ocorreram grandes massacres, estavam sob a responsabilidade dos Mercedários.

Em 1716, chegou a vez dos índios Torás, habitantes do Rio Maissi, afluente do Madeira. Uma expedição comandada pelo Capitão Mor do Pará, João de Barros Guerra, iniciou o extermínio da tribo. No regresso da expedição, o Capitão Mor morreu, em consequência da derrubada de uma árvore sobre a canoa em que viajava. Foi a vingança do gentio.

No ano de 1723, no governo de João Maia da Gama, os índios Manaus, sob a liderança do chefe Ajuricaba, organizaram uma confederação de nações indígenas aliadas contra os portugueses que, em consequência disto, sofriam frequentes correrias. Sob o pretexto de que aquela nação indígena estava aliada aos holandeses do Surinam, o que justificaria uma guerra de extermínio, o Governo determinou uma expedição punitiva contra os Manaus. O comando da expedição coube a Belchior Mendes de Moraes, que, posteriormente, teve a auxiliá-lo o Capitão João Paes do Amaral.

A guerra entre os portugueses e os índios Manaus se estendeu por seis longos anos, entre 1723 e 1729, com revezes e vitórias para ambos os lados. É que os tempos eram outros e os nativos da América possuíam melhores condições do que no passado para enfrentar o colonizador luso. Muitos já dispunham de armas de fogo e sabiam manejá-las.

O esforço do colonizador em vencer os índios pelo terror foi improficuo. Dia-a-dia, ano a ano, as nações sobreviventes se tornavam mais aguerridas.

Em um dos combates, Ajuricaba foi aprisionado. Agrilhado estava do Caeté, chegando por fim o massacre aos de Belém. O capitão Mor do Pará, Jerônimo Fragoso de Albuquerque, tentou impedir aquela carnificina desnecessária, mas não foi atendido. Os Tupinambás do Pará, que escaparam ao morticínio, emigraram. Subiram o Rio Amazonas e se estabeleceram na Ilha de Tupinambarana, muitas léguas distantes do seu "habitat" no Rio Pará.

Com prêmio a este genocídio, Bento Maciel Parente recebeu a Capitania do Pará, como donatária e, mais tarde obteve, também, a do Cabo Norte. Por fim, recebeu o governo do "Estado do Maranhão" que entregou aos holandeses, em 1641, sem esboçar a menor resistência, sem dar um tiro.

Levado prisioneiro para o Recife, onde os holandeses se tinham estabelecido o "bravo" exterminador da nação Tupinambá morreu na prisão.

Depois da expulsão do ingleses do Pará, uma expedição comandada por Pedro da Costa Favela dizimou, quase inteiramente, a nação dos nheengaibas, aborígenes da Ilha Grande de Joanes, que eram aliados dos mesmos.

No ano de 1654, uma expedição comandada por João Bittencourt Muniz destroçou os Aruãs e liquidou os restantes nheengaibas, derrotando, também, os Aruaques do Rio Paru. Depois, aliado a estes, dizimou a nação dos Anibás, dos quais os que não morreram tiveram um destino pior: foram escravizados.

Era uma guerra constante. As aguerridas nações indígenas do Vale Amazônico não aceitaram de boa vontade a dominação portuguesa autoritária e brutal.

Em 1664, uma expedição comandada pelo Sargento Mor Antonio Vilela Arnau caiu numa cilada armada pelos índios Caboquenas e Guanevanas, habitantes do Rio Urubu. Desta expedição escaparam apenas um padre e alguns índios. Quando a notícia chegou a Belém, foi preparada uma expedição punitiva, comandada por Pedro da Costa Favela, o exterminador dos nheengaibas. Levava quatro companhias, de cem soldados cada uma e mais quinhentos índios. Outra tropa organizada depois, sob o comando do Sargento Antônio Costa, seguiu com o mesmo destino. Encontraram-se no Rio Urubu e juntos atacaram os aldeamentos indígenas. Na luta morreram setecentos índios e

foram aprisionados quatrocentos. Trezentas ocas foram sendo conduzidas para a sede da Capitania, em uma canoa, quando, segundo conta a lenda, ao defrontar o Lugar da Barra, na confluência dos Rios Negro e Solimões, o grande chefe indígena se arremessa às águas do Rio Negro. Preferiu a morte ao cativo.

Por este fato, verdade ou mito, o nome de Ajuricaba é, na Amazônia, sinônimo de amor à liberdade, aliado à extrema bravura. O lugar da Barra tem hoje o nome de Manaus e é capital do Estado do Amazonas.

Belchior Mendes de Moraes destruiu todas as aldeias indígenas do Rio Negro e, segundo se diz, matando mais de vinte mil índios.

Depois de ter destruído os Manaus, se voltou contra os Maipunas de São Gabriel e Curicuriari, destruindo-os.

Em 1728, José Rodrigues Santarém castiga os Caluvicenas do Rio Solimões, que haviam morto um carmelita.

Mas, nem todos os Capitães portugueses agiram desta forma cruel e desumana. E, entre os participantes da conquista da Amazônia, ressaltam a figura invulgar do Capitão Pedro Teixeira, que participou e comandou muitas expedições, sem que se tenha notícias de massacres perpetrados por ele ou às suas ordens.

Inclusive, nos anos de 1637 a 1639, comandou a histórica expedição que, partindo de Cameté, no Rio Tocantins, subiu o Rio Amazonas e atingiu suas nascentes no Peru. Naquela expedição, atravessou regiões habitadas por nações indígenas bravias e hostis aos colonizadores, conseguindo fazê-lo sem lutas ou agressões.

No regresso daquela viagem, no ano de 1639, o Capitão português, nas margens do Rio Napo, tomou posse da região em nome da Coroa Portuguesa, embora Portugal, naquele momento, fosse apenas um Vice-Reino, subordinado à Coroa Espanhola. Testemunharam o fato dois Jesuítas espanhóis, que com ele viajavam com destino ao Pará. No local deixou um padrão, como memória do ato que praticara.

Em janeiro de 1730, o destruidor dos índios Manaus, Belchior Mendes de Moraes, comunicou ao Governo do Estado do Maranhão e Grão Pará, de que encontrara o padrão ali deixado por Pedro Teixeira, noventa anos antes é que o fizera restaurar por estar muito arruinado. Este padrão foi considerado pelos portugueses o limite de sua possessão na fronteira ocidental da Amazônia e o fizeram valer em todas as circunstâncias.

O ano de 1750 é de grande importância na História da ocupação lusa no Vale Amazônico. Naquele ano foi assinado o Tratado de Madri, em que a

Espanha reconhecia a soberania de Portugal naquela região, que o mesmo ocupara sorrateiramente.

Daí, em diante, a Amazônia se tornou, por direito, terra portuguesa. O Tratado de Tordesilhas pertencia ao passado e o que valia, naquele momento, era a posse efetiva do solo. E isto Portugal o conseguiu, através das ordens religiosas missionárias ali estabelecidas.

Durante mais de um século, o Grão Pará fora de fato terra portuguesa, mas só a partir de 1750, se tornou também de direito.

Em 6 de junho de 1755, aconteceu a abolição da escravidão indígena no Estado do Grão Pará e Maranhão. E, em seguida, um golpe mortal foi desferido contra as ordens religiosas missionárias. Perderam estas o poder temporal sobre os índios das aldeias Missionárias que, daí em diante, passaram à administração do Governo Civil do Estado.

Expulsos os Jesuítas, outras ordens assumiram o poder espiritual. Mas este nada significava. O que importava era o poder temporal e este lhes foi retirado pelo poderoso Ministro de D. José I, Sebastião José de Carvalho de Melo, Marquês de Pombal.

Governava o Pará, naquela ocasião, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão de Pombal e foi o seu agente na execução do processo de expulsão dos Jesuítas e, logo a seguir, de outras ordens religiosas.

Por quase dois séculos tentara a Corte Portuguesa a abolição da escravidão indígena sem o conseguir. A primeira proibição de escravidão do índio datava de 1570, no Reinado de D. Sebastião. Outras se sucederam, mas sempre sem resultado. A resistência dos colonos impedia que fossem cumpridas as Cartas Régias libertadoras dos índios. Quando chegava à Colônia uma Carta Régia proibindo a escravidão indígena, os colonos recorriam à Corte daquela medida e os Governadores, impotentes para fazê-los cumprir, aguardavam novas ordens.

Daí, os avanços e recuos da Legislação portuguesa na questão indígena.

Mas, o Marquês de Pombal, ao proibir a escravidão do índio, abriu a possibilidade de substituir o braço ameríndio pelo africano. Foi criada a Companhia Geral de Comércio do Grão Pará e Maranhão, que se obrigava a trazer escravos, em quantidade suficiente para atender a demanda.

Por outro lado, a instalação dos Diretórios de índios criou, para os nativos do Pará, um sistema de servidão.

Só o índio bravo, que vivia nas cabildas selvagens, era livre. O índio aculturado, que habitava nas antigas aldeias, transformadas em Vilas, Fregue-

sias e Lugares, possuía uma meia liberdade. Não podia ser vendido como escravo, mas freqüentemente, era requisitado para atividades essenciais da administração, nos Pesqueiros Reais, serviços de canoagem e fazendas de gado.

A política portuguesa, a partir de então, procurou a integração das duas etnias, através de um processo de miscigenação. O casamento entre reinóis e mulheres índias foi estimulado, dando-se incentivos aos casais que se formavam.

Houve, também, a preocupação de fundar novas povoações, com o assentamento de cabildas selvagens, em processo de aculturação, nos lugares estrategicamente escolhidos.

O resultado desta política foi que, quase um século depois da abolição da escravidão indígena, segundo um Censo realizado em 1823, 26% da população do Grão Pará era constituída por mestiços de índios. Porém o contingente de índios puros era, ainda, considerável: 50% do total da população que, naquele Censo, atingia a cento e cinquenta mil habitantes.

Creemos que este amor à liberdade, característica marcante do nativo da Amazônia, foi uma consequência da longa luta travada para mantê-la, para preservá-la a qualquer preço. Como nos dizia Goethe:

"A liberdade e a vida só faz jus, Quem tem de conquistá-las dianamente".

Após este longo preâmbulo, chega-se, por fim à saga do índio Domingos, enforcado nos idos de 1758, por seus crimes. Será melhor contá-la com as próprias palavras de Antônio Ladislau Monteiro Baena. Ei-la:

"Participa do Rio Negro o Major Filgueiras ao Governador um disforme motim dos Indianos da parte superior deste rio (Negro); os quais conduzidos como um aluvião pelo seu agitador o Indiano Domingos da Aldeia do Dari (lugar de Lamalonga) desceram o rio, entraram talando armados a Aldeia de Caboquena (Lugar do Moreira) trucidaram o missionário Carmelita Frei Raimundo de Santo Eliseu e o próprio principal Caboquena, e mais indivíduos, e abrasaram de todo a Igreja; daqui subiram para a Aldeia dos Manaus (Vila de Tomar), roubaram os sagrados vasos, reduziram a pequenas partes as Santas imagens e o Sacrário, incineraram a Igreja e a Povoação; atravessaram para a foz do Rio Padauin, onde estava refugiada um grosso de gente, que neste momento escapa de suas ferocíssimas façanhas, exceto dois soldados, fugindo a tempo para a ilha Timoni, fronteira do Rio Chiuará. Todas estas brutas crueldades e feridades exercitaram depois de terem praticado

outras na Aldeia do Dari, ensopando também as mãos no sangue destes aldeanos; e tudo para fazer vingança de haver tolhido o Missionário já citado o concubinato do sobredito Domingos, concussor das três aldeias referidas".

"Ainda não saciados de tão horríveis incursões projetam outra contra a Aldeia de Mariuá (Vila de Barcelos), que julgam indefensável com a deserção de maior parte do Destacamento para as contíguas possessões castelhanas".

"O Capitão Miguel Siqueira na frente de uma força de cento e oitenta homens, mandados pelo Governador imediatamente sobre aqueles furiosos instrumentos de carnicerias e devastações, vence de voga arrancada a longa distância (388 léguas) da cidade do Pará à Aldeia de Mariuá; e faz neles supremo estrago tanto no alto como no baixo Rio Negro, sendo o maior pasto das espingardas e perdendo dos seus somente um Sargento e um Soldado".

Compêndio das Eras da Província do Pará - pag. 168

A revolta do índio Domingos foi relatada desta forma sucinta no livro acima mencionado. É feita com maiores detalhes no "Ensaio Corográfico" do mesmo autor, e conclui da seguinte forma:

"Nasceu o princípio desta furiosa turbulência da quebra da marcebia do sobredito Domingos, feita pelo Missionário, arredando dele a sua amásia".

Nestes relatos, aparece-nos o índio Domingos, como um Menelau tapuia, mobilizando uma Grécia rústica para vingar o abandono de sua amada.

Teria sido isto possível?

Creio que é necessário pensar logicamente.

Que o índio Domingos, exasperado por ter sido abandonado por sua mulher, desejasse se vingar do missionário que a induziu a isso, é humano, é natural. Um desforço pessoal seria de esperar.

Mas teria ele tão grande liderança a ponto de conduzir outros índios a guerra e fazê-los participar de sua vingança? Não terá sido este fato, aparentemente sem maior significação, a gota d'água que fez transbordar a taça?

É que deve ser levado em consideração o momento histórico em que aconteceu a revolta, isto é, o ano de 1757. Pouco antes tinha ocorrido a abolição da escravidão indígena e, o que é mais importante, havia sido suprimido o poder temporal que os padres missionários exerciam sobre os índios aldeados. Estes

se tornaram livres da tutela dos sacerdotes e deve ter havido um momento de euforia para alguns milhares de índios, mormente naquelas Aldeias onde os missionários não eram queridos.

Mas, para as ordens religiosas, aquele deve ter sido um momento difícil. De tensão, de frustração. O poder absoluto que tinham sobre os índios cessara de repente e, como isto devia doer. Assim, como conciliar a euforia de uns com o pesar dos outros.

Daí, a ocorrência dos choques entre os índios aldeados do Dari e o missionário, culminando com a guerra mortal que moveram ao sacerdote, à Igreja, às Aldeias Missionárias, às Imagens Santas. Eram símbolos daquele poder que queriam destruir.

O fato de se chamar Domingos indica que era um índio aldeado. Domingos é nome cristão, não pertencendo à antroponímia indígena.

A revolta dos índios da Aldeia do Dari custou algumas centenas de vidas. Domingos e mais dois companheiros foram enforcados, enquanto muitos outros morreram na luta. Foi um final sangrento para a catequese dos Carmelitas na Amazônia.

A ocupação do Vale Amazônico, apoiada numa economia de subsistência, se fez lentamente. Era vasta a região, que se tornou quase despovoada pelos constantes embates entre o colonizador e o gentio. Depois, houve um período de trégua, que durou cerca de cinquenta anos. Mas, no segundo quartel do século XIX, a terrível revolta dos Cabanos no Pará ensopou de sangue o território amazônida. Segundo estimativas feitas, a Cabanagem custou cerca de trinta mil vidas, um quinto da população do Grão Pará.

No último quartel do Século XIX, com o "boom" da borracha, produto obtido de uma planta nativa da Amazônia, a seringueira, ocorreu um notável surto imigratório para a região. Milhares de brasileiros nordestinos, fugindo às intempéries do Nordeste, buscaram o Vale Amazônico, que se tornou, de súbito, um novo Eldorado.

Esta imigração maciça trouxe, também, como resultado, o aumento territorial da Amazônia brasileira. Houve a conquista do Acre, iniciada por uma luta armada e concluída pela ação diplomática do Barão do Rio Branco.

Formaram-se novos núcleos de povoamento. Belém, portal da Amazônia, teve um grande surto de progresso. E o antigo Lugar da Barra transformou-se numa cidade moderna e rica - Manaus.

No advento da República, quando foi elaborada a primeira Constituição republicana do Pará, o artigo nº 8 estatuiu: "Só podem ser eleitos Governador do Estado os paraenses natos e que residam no Pará."

Isto importava em considerar estrangeiros todos os não nascidos na terra paraense.

Seqüelas da secular luta do gentio contra o colonizador, ou resquícios das mágoas deixadas pela sangrenta revolução da Cabanagem? Não o sabemos. Mas o que se percebe é que, até hoje, o amazônida ainda não se sente brasileiro.

O BRASIL VISTO POR DOIS PRUSSIANOS

*João Batista Cabral
Universidade de Brasília*

Este desprezioso trabalho, de natureza eminentemente informativa, procura apresentar ao leitor os escritos de dois viajantes prussianos sobre o Brasil, mais precisamente sobre o Rio de Janeiro, produzidos entre 1819 e 1820. Aqui se tenta oferecer uma amostra do volume intitulado **O Rio de Janeiro visto por dois prussianos em 1819**, de autoria de Theodor Von Leithold e Ludwig Von Rango (São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966), Coleção Brasileira, volume 328, tradução e notas de Joaquim de Souza Leão Filho.

Em realidade esse volume representa uma fusão de dois trabalhos escritos por autores distintos que, embora fossem parentes - eram tio e sobrinho, respectivamente - sendo originários da mesma região da Europa, a Prússia, e tenham estado no País na mesma época, 1819-1820, referem-se ao Brasil cada um a seu modo e em estilos bastante diferentes.

O primeiro trabalho, de autoria de Theodor Von Leithold, tem os seguintes títulos e subtítulos: **Minha excursão ao Brasil ou viagem ao Rio de Janeiro e volta acompanhada de minuciosa descrição dessa capital, da vida na corte e seus habitantes, bem como de alguns conselhos para os que buscam melhorar sua sorte no Brasil**. Foi publicado originalmente em Berlim, no ano de 1820, pela livraria MAURER.

O segundo trabalho, de autoria de Ludwig Von Rango, veio a lume primeiro em Bruxelas, em 1820, e depois em Leipzig, no ano de 1821, com o título de **Diário de minha viagem até o Rio de Janeiro no Brasil e volta, nos anos de 1819 e 1820, em Cartas**.

O que teria trazido esses dois viajantes prussianos ao Brasil? Que visão tiveram eles de nosso País e de sua capital à época em que o visitaram?

Antes de procurar encontrar respostas para essas perguntas achamos conveniente traçar um esboço do perfil do Brasil, no contexto do império português de então, tecendo também alguns breves comentários acerca do período histórico mundial que vai desde a vinda da família real portuguesa para o Brasil, em 1808, até as vésperas de seu regresso à Europa, em 1821.

Quando as tropas francesas comandadas pelo General Junot alcançaram os arredores de Lisboa, em fins de novembro de 1807, a família real apressadamente embarcou para o Brasil sob a escolta e proteção da marinha inglesa. Isso foi apenas mais uma evidência de que Portugal, já há mais de um século, havia se transformado, em realidade, numa espécie de protetorado econômico da Inglaterra. Quando as guerras napoleônicas agitaram toda a Europa, Portugal teve que escolher entre o imperialismo econômico da Grã-Bretanha e o imperialismo militar do Imperador dos franceses. Havia na Corte Portuguesa partidários dos dois lados, mas acabou prevalecendo a opinião do grupo anglófilo e, assim, a Rainha-mãe, incapacitada por doença mental, o Príncipe Regente, futuro D. João VI e um grande número de funcionários, nobres, membros da corte zarparam para o Brasil, sob a proteção da marinha britânica, como já referido.

Após uma breve escala na Bahia, os soberanos e demais exilados dirigiram-se para o Rio de Janeiro. Deste modo, a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro tornou-se a capital temporária de todo o vasto império português. De acordo com Oliveira Lima, em sua obra **Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira**, este feito notável tem características ímpares na história mundial. Subitamente o trono de um dos grandes impérios do velho mundo transfere-se para o Rio de Janeiro. Esse império era tão vasto que incluía, além do Brasil, as ilhas de Cabo Verde, Açores, Madeira, os vastos e inexplorados territórios de Angola e Moçambique, na África, e, ainda, feitorias ou estabelecimentos na Índia e China, na Ásia, e na Oceânia.

Esta mudança trouxe, naturalmente, grandes transformações e algum progresso para o Brasil. José da Silva Lisboa, um dedicado discípulo de Adam Smith, juntamente com o Conde da Ponte, então governador da Bahia, logo obtém do Regente a abertura dos portos, com as vantagens especiais concedidas à Inglaterra.

Muitas outras mudanças se seguiram à abertura dos portos, as quais modificaram profundamente a vida da outrora sossegada colônia, especialmente no que diz respeito ao Rio de Janeiro. Esta cidade foi forçada a se adaptar à condição de anfitriã da corte européia. Assim, experimentou uma avassaladora onda de progresso, de desenvolvimento e cresceu rapidamente. Nessa época, muitos estrangeiros foram atraídos para o Brasil. Eram cientistas, técnicos, homens de saber, artistas e aventureiros que, não raras vezes, a convite da Coroa vinham para o Brasil. Em 1816, por exemplo, aqui chegou uma missão de artistas franceses, vinda por sugestão do Conde da Barca, ministro de D. João VI, a qual era composta de pintores, escultores, arquitetos e músicos. Essa

missão viria a se constituir no núcleo em torno do qual se formaria depois a Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro.

Entre os estrangeiros notáveis que visitaram o País naquela época encontram-se, para citar apenas alguns, Karl Friedrich Philipp Martius, Johann Baptist Von Spix, membros da missão científica bávara que chegou em 1817, com a Arquiduquesa Maria Leopoldina, filha do Imperador Francisco I da Áustria, então noiva e depois esposa de D. Pedro de Alcântara - futuro Pedro I. Veio também o artista vienense Thomas Ender, autor de desenhos maravilhosos e coloridos sobre o Brasil; e mais Auguste de St. Hilaire, Eschwege, Príncipe Max de Wied-Neuweid e outros. Essas presenças ilustres na corte do Rio de Janeiro parecem indicar, claramente, que o Brasil deixara de ser uma simples colônia de exploração e tornara-se um ponto de convergência de ilustres representantes da cultura européia.

Mas há outros tipos de viajantes que vêm também nessa época ao Brasil. São aqueles que para cá se dirigem, como disse o próprio Theodor Von Leithold, "*em busca de melhora da sorte no Brasil*". E foi precisamente por esse motivo que os dois prussianos, autores do volume que aqui se resenha, empreenderam a então ainda desconfortável travessia do Atlântico em direção ao Brasil.

Theodor Von Leithold foi um capitão de cavalaria, reformado, de um ex-Regimento Real de Hussardos Prussianos, veterano da campanha da Rússia, que foi atraído ao Rio de Janeiro pela transferência da Corte Portuguesa, tendo chegado aqui em outubro de 1819. Era cunhado de Silvestre Pinheiro Ferreira, um eminente estadista português, conselheiro e ministro de D. João VI. Tinha esse ex-oficial prussiano a intenção de se estabelecer nos arrabaldes da cidade do Rio de Janeiro, onde pretendia tornar-se cafeicultor, contando para tal com os bons officios do parente e amigo influente. Graças às boas amizades do cunhado, pretendia o nosso intimorato cavalarião hussardo conseguir uma subvenção do Rei da ordem de oito contos de réis.

A aventura no Brasil, da qual participaram o sobrinho e a filha, não teve um início muito auspicioso. Logo ao desembarcarem do navio que os trouxera ao Rio de Janeiro, após uma viagem de dois meses e oito dias (68 dias), cansados e famintos, descobriram não ser possível àquela hora, pouco depois das oito da noite, encontrar veículo disponível para o transporte até o local onde se hospedariam. Com a ajuda de um guia, porém, conseguiram chegar, após caminharem por duas horas, à residência do parente que procuravam. Infelizmente, ao chegarem à casa do bom cunhado Silvestre Pinheiro Ferreira não encontraram ninguém da família. Depararam-se tão somente com uns escravos, que se recusaram terminantemente a abrir as portas aos estranhos. A solução

foi hospedarem-se, momentaneamente, na casa do ministro dinamarquês, que morava nas proximidades. O ministro chamava-se Dal Borgo di Primo, mas o autor equivocadamente o chama de Dal Borgo D'Olinda. Na casa do dinamarquês permaneceram até a chegada de Silvestre Pinheiro Ferreira.

Após o reencontro familiar, rapidamente descrito, Leithold passa a relatar aspectos dos bairros do Rio de então. Os ministros, os cônsules estrangeiros e muitos ingleses residiam no Catete. Os chafarizes, conta-nos o prussiano, são supridos pelo soberbo aqueduto da cidade, e elegantemente construídos em pedra. Tão sofisticados e bem acabados são que logo o nosso visitante os compara aos existentes em Paris! Já as touradas, oferecidas ao público por ocasião do aniversário da princesa real, não o impressionam favoravelmente, pois o touro e os toureiros não se comparavam aos espanhóis. O progresso urbano do Rio era bastante desnivelado. Em contraste com a beleza e suntuosidade dos chafarizes, o comércio, especialmente o varejista, chamou a atenção de Leithold pela desorganização. *"Não há uma travessa, mesmo num raio de cinco ou seis horas em torno da cidade, que não tenha a sua venda a pouca distância uma das outras"*, informa o prussiano. Para ele, esse modo de comércio *"era fruto do comodismo e da imprevidência com que os portugueses praticam sua economia doméstica, comprando só o que pode ser levado em pequenas quantidades"*. As condições de higiene desses estabelecimentos eram péssimas. *"O mau cheiro que se exala dessas vendas é insuportável e estão sempre repletas de escravos bêbados"*, diz-nos o ex-hussardo. Os produtos vendidos nesses estabelecimentos e mercados vinham de fora: farinha de trigo (dos Estados Unidos), manteiga e batatas (da Inglaterra), cebolas (de Portugal), vinho (da França, Espanha, Portugal e Ilha da Madeira) e cerveja - tipo Porter (da Suécia).

Os alugueis, prossegue Leithold, são extravagantemente altos; o aluguel de uma casa modesta custava entre 14 e 16 mil réis por mês, sem móveis. É era difícil alugar-se uma, afirma. Os carros de aluguel eram de dois tipos: fiacre, para mais de um passageiro, e sege, um tipo de coche de duas rodas e lugar para um só passageiro. Esses antecessores dos táxis custavam altos preços e eram alugados por corrida, por hora ou pelo dia inteiro, especialmente se o freguês era estrangeiro.

Leithold impressionou-se com a quantidade de negros no Rio. Para ele a proporção era de 5 negros para cada branco na cidade, "isto devido à grande quantidade de escravos já existentes e da enorme quantidade que continuava a ser importada". Sobre os escravos ele nos diz: *"não se pode negar que grande número de escravos, na letargia em que caem, precisam ser tratados com severidade, mas também encontrei muito negro talentoso e de sentimentos mais delicados"*.

dos do que os dos brancos, que os tratam ao capricho do momento, como se fossem cães".

A descrição do beija-mão real, que hoje lembraria as homenagens que periodicamente se prestam aos chefes e patrões neste país, eram cansativas e repetitivas. "Contei", diz-nos Leithold, *"numa noite dessas, trezentas pessoas, de modo que o rei teve a mão beijada seiscentas vezes!"* Leithold testemunhou a chegada dos primeiros imigrantes suíços vindos para o Brasil, que se fixaram em Cantagalo, na então, província do Rio de Janeiro, onde fundaram a cidade de Nova Friburgo. Eles partiram do porto de Roterdan. Mas não eram somente suíços que imigravam para o Brasil. O país tornara-se um centro de absorção de emigrados, atraindo imigrantes de várias partes da Europa.

Por se dedicar muito à descrição da vida na cidade, pouco espaço, apenas um curto capítulo, sobrou no livro para descrever as atividades agrícolas desenvolvidas à época no País. Assim, o ex-capitão de hussardos, que ao sair da Prússia pensava em transformar-se, com a ajuda do influente cunhado, num próspero fazendeiro de café, chega à conclusão de que não lhe será possível materializar suas aspirações, pois a empresa requereria um investimento muito alto em tempo e dinheiro. *"Uma fazenda de café pode assegurar a existência de um estrangeiro se ele dispuser no mínimo de um capital de 6.000 a 8.000 tálers, como base, e se ele dispuser a esperar, dependendo da natureza do solo e esmero do plantador, entre três e cinco anos pela primeira colheita"*, escreve o prussiano.

Mas não foi somente seu desencanto com a cafeicultura que o levou a retornar à sua terra natal. O fato de haver sido vítima de uma "instituição" - hoje vulgarizada nos grandes centros urbanos - o assalto - também deve ter influído nesta decisão. Nas palavras do autor, eis o que se deu. *"O destino perseguiu-me também no Rio de Janeiro por todos os modos, tomando esta terra, em que o europeu em vez de leite e mel só encontra amarguras, ainda mais odiosa"*. Tinha saído da Ópera e dirigia-se para casa, por volta da meia-noite, quando um desconhecido armado com um cacete começou a segui-lo. O nosso prussiano tenta desviar-se, procurando abrigo atrás de um muro onde, por azar seu, estavam mais três comparsas do assaltante. Em suas palavras, eis o que se passou: *"teria andado um quarto de hora quando, detrás de um muro em ruína, assaltou-me o diabo do negro com seu cacete, pelo lado esquerdo da rua, a gritar: vinténs! Respondi-lhe logo: ni vinténs! Três outros saíram ao meu encontro detrás do muro, meio escondidos pela vegetação, brandindo punhais... Pus-me a gritar com toda força: Polícia! Polícia!... passei a gritar em Francês, Latim e Português etc. para que me abrissem a porta, fiz tinar o dinheiro na minha bolsa e gritei. Fidalgo! Tudo em vão. Ninguém me abria a porta em frente da qual me achava e de onde vinha uma luz. Tampouco as vizinhas. Corri para outras casas e fiz o*

mesmo banulho, sem êxito. Em toda a vizinhança silêncio de morte, e eu, sozinho, na noite, banhado de suor, à espera, cada momento, da reaparição dos diabos com suas faces". Oito dias depois desse assalto, foi vítima de um furto em sua residência, ficando com pouca coisa mais do que a roupa do corpo. Essa sucessão de desastres fez com que o nosso visitante tomasse a decisão de deixar o Rio de Janeiro pelo primeiro navio, o que veio a acontecer. Retornou à Europa em companhia da filha, a bordo do navio "Fortuna". O sobrinho com quem havia viajado ao Brasil, Ludwig Von Rango, decidira permanecer no País por mais algum tempo. O trabalho produzido por Ludwig Von Rango constituiu-se em uma série de cartas a um pretenso amigo, Egmont.

Rango não demonstra, ao longo dessas cartas, muito entusiasmo pelo que encontra no Rio. Ao referir-se ao Palácio Real, por exemplo, assim o descreve. "*O Palácio Real, lindarriente situado e habitado mais pela família do que pelo rei propriamente, está longe de ser majestoso. Pode apenas ser comparado a uma casa grande das nossas*". Como seu tio, Rango impressiona-se com o aqueduto que abastece a cidade e os chafarizes para uso do público. Nota que, entre os estrangeiros, predominam ingleses e franceses, mas há habitantes oriundos de inúmeros outros países. Isto lhe é incompreensível, pois não imaginava encontrar tantos estrangeiros em paragens tão distantes. Admira-se que tantos milhares de europeus possam permanecer tanto tempo no país, movidos, acha ele, uns pela ganância, outros pelo desejo de cultivar a terra e, pelo trabalho, conseguirem fortuna. As chances destes últimos, achava Rango, seriam mínimas, pois as condições climáticas não eram favoráveis. As igrejas, a religião e a nobreza são objetos de atenção e de crítica deste visitante prussiano. Entretanto, como seu tio, impressiona-se com a qualidade da música de Marcos Portugal, mestre da Capela Real. É duro com os religiosos. Em parte alguma do mundo, diz ele, "*existem mais padres e vi menos religião do que no Brasil*". O clero e a nobreza gozam de privilégios neste País como nenhuma classe na Europa pode gabar-ser de possuí-las. O beija-mão real, como o seu tio, compatriota e companheiro de viagem já se referira, também lhe causa impressão desfavorável, pela excessiva bajulação.

Uma boa parte da estada no Rio é gasta por Von Rango reunindo tudo o que diz respeito à história e geografia do Brasil, com o objetivo de elaborar um trabalho sobre o País, quando do seu regresso à Europa. De fato, em algumas das cartas refere-se com detalhes ao tipo de costas, terras cultiváveis, ao solo, às plantas, às frutas e discorre, à semelhança do que fizera o seu tio, sobre o comércio e os artigos importados e exportados da Europa e para a Europa pelos comerciantes do Rio de Janeiro, alongando-se, naturalmente, nas considerações sobre o café, o açúcar e o algodão, produtos brasileiros de grande importância na época. É, em muitas ocasiões, mais minucioso do que o tio.

Menciona as relações comerciais do Rio de Janeiro com as Índias Orientais, com as ex-colônias espanholas, Inglaterra, França, Holanda, Portugal e com as cidades alemãs de Hamburgo e Bremen, "*de onde vinham toda sorte de panos de linho*".

Durante suas últimas semanas no Brasil o tempo é gasto em viagens. Juntamente com alguns companheiros estrangeiros, Rango vai a São Lourenço e a Cabo Frio. Avidamente toma notas durante a viagem. Descreve os caminhos, os meios de transporte, especialmente os carros de bois, que odiava por causa do barulho que ele descreve como sendo "*música intolerável, capaz de enlouquecer*". Observa a prática das queimadas, "*bosques incendiados, dos quais ficaram os troncos, parecendo núns*". Admirava-se com as plantações escondidas entre morros, com os brejos e pastagens, com tudo que desfilava ante os seus curiosos olhos durante o dia. Pouco depois, desiludido como o tio, regressava à Europa a 7 de fevereiro de 1820.

De volta à Europa, esses dois viajantes prussianos preocupam-se em encontrar editores para seus trabalhos, frutos das anotações e das experiências vividas no Brasil que, no decorrer do tempo, desde suas visitas até nossos dias, tem mudado tanto em alguns aspectos e em outros não. Graças aos diligentes cuidados em guardar detalhes e ao poder de observação da dupla prussiana, Von Leithold e Von Rango, podemos hoje olhar retrospectivamente para o Rio de Janeiro e para o nosso País de 1819 e 1820 e contemplar pela janela do tempo interessantes aspectos do Brasil de então.

A última observação pertinente, neste breve trabalho, talvez seja a total omissão dos dois preclaros visitantes quanto a qualquer possibilidade de êxito ou mesmo da própria existência de um movimento pró-independência política do Brasil, fato que viria a acontecer logo após o retorno deles à Europa. Isto denota a visão etnocêntrica européia e profunda identidade de interesses entre os autores e nossos colonizadores lusitanos.

No contexto geral da chamada "literatura dos viajantes", obras sobre o Brasil escritas por pessoas que aqui viveram por algum tempo, o volume aqui resenhado representa uma preciosa contribuição, podendo servir como ponto de partida de inspiração ou de ilustração tanto para leigos como para neófitos ou iniciados nos estudos de nossa história.

050

Reg: 3913/95

nº4 /1993